

Diário do Legislativo de 09/05/2007

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - PFL

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB-PPS-PTB-PSC-PHS-PMN-PR-PRTB)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

Vice-Líderes: Ademir Lucas (PSDB), Ana Maria Resende (PSDB) e Célio Moreira (PSDB)

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Gustavo Corrêa

Vice-Líder: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Adalclever Lopes

Vice-Líder: Gilberto Abramo

LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputada Elisa Costa

Vice-Líder: Deputado Almir Paraca

LIDERANÇA DO PV:

Líder: Deputado Agostinho Patrús Filho

Vice-Líder: Deputado Rômulo Veneroso

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Sebastião Helvécio

Vice-Líder: Carlos Pimenta

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes:

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Domingos Sávio (PSDB)

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Paulo Guedes (PT)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min.

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elmiro DEM Presidente
Nascimento

Deputado Ademir BSD Vice-Presidente
Lucas

Deputado BSD
Domingos Sávio

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado André PT
Quintão

Deputado Chico PSB
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo Corrêa DEM

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Dalmo Ribeiro BSD
Silva

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputada Elisa Costa PT

Deputado Juninho Araújo BSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 16h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Weliton PT Presidente
Prado

Deputado Ronaldo BSD Vice-Presidente
Magalhães

Deputado Neider BSD
Moreira

Deputada Cecília PT
Ferramenta

Deputado Wander PSB
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo Guedes PT

Deputado Eros Biondini BSD

Deputado Sebastião BSD
Costa

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Doutor Rinaldo PSB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BSD Presidente
Ribeiro Silva

Deputado Gilberto PMDB Vice-Presidente
Abramo

Deputado Sebastião BSD
Costa

Deputado Delvito DEM
Alves

Deputado Gil PP
Pereira

Deputado Hely PV
Tarquínio

Deputado Sargento PDT
Rodrigues

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Gustavo DEM
Valadares

Deputado Dimas Fabiano PP

Deputado Délio PV

Malheiros

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia BSD Presidente
Brandão

Deputado Dimas PP Vice-Presidente
Fabiano

Deputado Antônio BSD
Genaro

Deputada Maria DEM
Lúcia Mendonça

Deputada Rosângela PV
Reis

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro BSD
Silva

Deputado

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Hely Tarquínio PV

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio PV Presidente
Malheiros

Deputado Carlos PDT Vice-Presidente
Pimenta

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado Antônio PMDB
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT Presidente
Ângelo

Deputado Luiz PMDB Vice-Presidente
Tadeu Leite

Deputado João BSD
Leite

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Weliton Prado PT

Deputado Vanderlei PMDB
Miranda

Deputado Djalma Diniz BSD

Deputado Walter Tosta BSD

Deputado Antônio Carlos BSD
Arantes

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Deiró BSD Presidente
Marra

Deputada Maria DEM Vice-Presidente
Lúcia Mendonça

Deputada Ana BSD
Maria Resende

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Wander PSB
Borges

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Almir Paraca PT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BSD Presidente

Deputado Jayro DEM Vice-Presidente
Lessa

Deputado Lafayette BSD
de
Andrada

Deputado Antônio PMDB
Júlio

Deputada Elisa PT
Costa

Deputado Agostinho PV
Patrús
Filho

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputado Antônio Carlos BSD
Arantes

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado André Quintão PT

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Carlos Pimenta PDT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio PMDB Presidente
Souza Cruz

Deputado Fábio BSD Vice-Presidente
Avelar

Deputado Almir PT
Paraca

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Wander PSB
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Padre João PT

Deputado Agostinho PV
Patrús Filho

Deputado Deiró Marra BSD

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PT Presidente
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado João BSD
Leite

Deputado DEM
Gustavo
Valadares

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PT

Deputado Fábio Avelar BSD

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Presidente

Deputado Padre PT Vice-Presidente
João

Deputado Getúlio PMDB
Neiva

Deputado Antônio BSD
Carlos Arantes

Deputado Chico PSB
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputada Cecília PT
Ferramenta

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Deiró Marra BSD

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Lafayette de Andrada

Deputado PV Vice-Presidente
Agostinho Patrús Filho

Deputada Gláucia BSD
Brandão

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BSD

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Dimas PP
Fabiano

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente
Mosconi

Deputado Hely PV Vice-Presidente
Tarquínio

Deputado Ruy DEM
Muniz

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Doutor PSB
Rinaldo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputada Rosângela PV
Reis

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Paulo Cesar PDT

Deputado Juninho Araújo BSD

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 8h45min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sargento Rodrigues PDT Presidente

Deputado Cesar Paulo PDT Vice-Presidente

Deputado Malheiros Délio PV

Deputado Tadeu Leite Luiz PMDB

Deputado Leonardo Moreira DEM

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Helvécio Sebastião PDT

Deputado Veneroso Rômulo PV

Deputado Lopes Adalclever PMDB

Deputado Jayro Lessa DEM

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Reis Rosângela PV Presidente

Deputada Costa Elisa PT Vice-Presidente

Deputado Tosta Walter BSD

Deputado Sávio Domingos BSD

Deputado Carlos Arantes Antônio BSD

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Almir Paraca PT

Deputado Bráulio Braz BSD

Deputado Carlos Mosconi BSD

Deputada Maria Lúcia DEM
Mendonça

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo DEM Presidente
Valadares

Deputado Juninho BSD Vice-Presidente
Araújo

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Djalma BSD
Diniz

Deputado Gil PP
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo DEM
Corrêa

Deputado Chico Uejo PSB

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Zezé Perrella BSD

Deputado

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente
Vanderlei Miranda

Deputado Bráulio BSD Vice-Presidente
Braz

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputado Zezé BSD
Perrella

Deputada Cecília PT
Ferramenta

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Getúlio Neiva PMDB

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Luiz Humberto Carneiro BSD

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Almir Paraca PT

OUVIDORIA PARLAMENTAR

OUVIDOR-GERAL: Deputado Inácio Franco (PV)

SUMÁRIO

1 - ORDENS DO DIA

1.1 - Plenário

1.2 - Comissões

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia da 37ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 9/5/2007

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.398/2002, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Tribunal de Contas do Estado referentes ao exercício de 2000. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do

Substitutivo nº 1.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.399/2002, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Tribunal de Contas do Estado referentes ao exercício de 2001. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1.150/2003, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Tribunal de Contas do Estado referentes ao exercício de 2002. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 323/2007, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conquista os imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 26/2007, do Deputado Ivair Nogueira, que altera dispositivos da Lei nº 11.544, de 25/7/94, que regulamenta o § 3º do artigo 222, da Constituição do Estado, tornando obrigatória nos cinemas do Estado, antes das sessões principais, a exibição de um filme publicitário sobre as consequências do uso de drogas. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 279/2007, do Deputado Célio Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Corinto o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 409/2007, do Governador do Estado, que dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do seguro rural. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3, que apresenta. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 2 e 3, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 4 a 7, que apresenta, e com a Subemenda nº 1, que apresenta, à Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 2 e 3, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, na forma do Subemenda nº 2, que apresenta, e com a Emenda nº 5, da Comissão de Política Agropecuária, na forma da Subemenda nº 1, que apresenta; e pela rejeição das Emendas nºs 4, 6 e 7, da Comissão de Política Agropecuária.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h15min do dia 9/5/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 356/2007, do Deputado Durval Ângelo.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 460/2007, do Deputado Leonardo Moreira; 469/2007, do Deputado Domingos Sávio; 478/2007, da Comissão de Direitos Humanos; e 489/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 10ª reunião ordinária da comissão de Saúde Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h15min do dia 9/5/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 226/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 350/2007, do Deputado Doutor Viana; 458/2007, da Deputada Ana Maria Resende.

Em turno único: Projetos de Lei nºs 262/2007, do Deputado Padre João; 624/2007, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 459/2007, do Deputado André Quintão.

Requerimentos nºs 402/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 432/2007, do Deputado Doutor Viana; 448/2007, do Deputado Gil Pereira; 476/2007, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 9/5/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 186 e 210/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr.

Em turno único: Projetos de Lei nºs 283/2007, do Deputado Doutor Viana; 294/2007, do Deputado Carlos Pimenta; 590 e 591/2007, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 569/2007, do Deputado Fábio Avelar.

Requerimentos nºs 453/2007, da Comissão de Participação Popular; 456 e 493/2007, do Deputado Gustavo Valadares; 494/2007, do Deputado Juninho Araújo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 9ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 9/5/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 131/2007, do Deputado Adalclever Lopes; 11/2007, do Governador do Estado; 492/2007, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 274/2007, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 10ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10h30min do dia 9/5/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 72/2007, do Deputado Gilberto Abramo; Projeto de Resolução nº 361/2007, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial; Projetos de Lei nºs 68/2007, do Deputado Paulo Guedes; 134/2007, do Deputado Adalclever Lopes; 139/2007, do Deputado Sargento Rodrigues; 172/2007, do Deputado Gustavo Valadares; 213, 219 e 225/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 426/2007, do Deputado Leonardo Moreira; 442/2007, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 452/2007, da Deputada Rosângela Reis; 461/2007, do Deputado Weliton Prado; 467/2007, do Deputado Djalma Diniz.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão de Redação Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h15min do dia 9/5/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15h30min do dia 9/5/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 406/2007 a 416/2007, do Deputado Jayro Lessa; 433/2007, do Deputado Doutor Viana; 445/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 449/2007, 459/2007, 491/2007 e 492/2007, do Deputado Jayro Lessa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15h30min do dia 9/5/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 316/2007, do Deputado Domingos Sávio; 605/2007, do Deputado Zé Maia.

Requerimento nº 475/2007, do Deputado Rômulo Veneroso.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 16h30min do dia 9/5/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 434 a 436/2007, da Deputada Rosângela Reis; 458/2007, do Deputado Jayro Lessa; 473/2007, do Deputado Hely Tarquínio; 474, 487 e 488/2007, da Deputada Maria Lúcia Mendonça; e 477/2007, da Comissão de Direitos Humanos.

Finalidade: debater o Projeto de Lei nº 32/2007, da Deputada Elisa Costa, que dispõe sobre o Núcleo Estadual de Engenharia e Arquitetura Públicas - Neap-MG.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 9/5/2007, destinadas, ambas, I, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e, II, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, e, 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Resolução nºs

2.398/2002, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Tribunal de Contas do Estado referentes ao exercício de 2000; 2.399/2002, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Tribunal de Contas do Estado referentes ao exercício de 2001; e 1.150/2003, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Tribunal de Contas do Estado referentes ao exercício de 2002; e dos Projetos de Lei nºs 26/2007, do Deputado Ivair Nogueira, que altera dispositivos da Lei nº 11.544, de 25/7/94, que regulamenta o § 3º do artigo 222 da Constituição do Estado, tornando obrigatório nos cinemas do Estado, antes das sessões principais, a exibição de um filme publicitário sobre as consequências do uso de drogas; 279/2007, do Deputado Célio Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Corinto o imóvel que especifica; 323/2007, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conquista os imóveis que especifica; e 409/2007, do Governador do Estado, que dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do seguro rural; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 8 de maio de 2007.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados Jayro Lessa, Agostinho Patrús Filho, Antônio Júlio, Lafayette de Andrada e Sebastião Helvécio, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; os Deputados Gustavo Valadares, Juninho Araújo, Djalma Diniz, Gil Pereira e Paulo Guedes, membros da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, para a reunião a ser realizada em 9/5/2007, às 10h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se debater a criação, pelo Contran, de normas para os condutores de veículos automotores, em especial a obrigatoriedade do porte do certificado original de propriedade do veículo e as exigências relativas a motocicletas, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 8 de maio de 2007.

Zé Maia, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Juninho Araújo, Djalma Diniz, Gil Pereira e Paulo Guedes, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/5/2007, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 235 e 364/2007, do Deputado Arlen Santiago; e 240/2007, do Deputado Carlos Pimenta; e votar, em turno único, os Requerimento nºs 447/2007, do Deputado Deiró Marra; 455/2007, do Deputado Doutor Viana; 468/2007, do Deputado Djalma Diniz; e 472/2007, do Deputado Elmiro Nascimento, e discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 8 de maio de 2007.

Gustavo Valadares, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 929/2007

(Nova redação na forma do § 1º do art. 138 do Regimento Interno)

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

Por meio da Mensagem nº 24/2007, o Governador do Estado encaminhou a esta Casa o projeto de lei em epígrafe, que "dispõe sobre a concessão de reajuste nos valores do vencimento básico e da remuneração básica das categorias que menciona".

Publicado no "Diário do Legislativo" de 25/4/2007, o projeto foi distribuído às comissões competentes para receber parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

Com fulcro no art. 69 da Constituição Estadual, o Governador do Estado solicita que a matéria tramite em regime de urgência.

Preliminarmente, cumpre a esta Comissão o exame do projeto quanto aos aspectos de sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Durante a votação da matéria foi rejeita a Emenda nº 1, razão pela qual emitimos o nosso parecer fundamentado nos termos seguintes.

Fundamentação

A proposição em análise tem por escopo estabelecer reajustes no vencimento e na remuneração básica das classes dos policiais civis e militares, dos bombeiros militares, dos Agentes de Segurança Penitenciários e dos Agentes de Segurança Socioeducativos e dos valores remanescentes das parcelas mensais dos contratos temporários de prestação de serviços de Agente de Segurança Penitenciário e de Agente de Segurança Socioeducativo, a serem concedidos nos anos de 2007, 2008 e 2009.

Nos termos da mensagem do Governador, "o reajuste proposto dá continuidade às medidas para valorização dos referidos profissionais e está em conformidade com os objetivos prioritários do Governo, uma vez que contribui para o fortalecimento e a adequada atuação do Sistema de Defesa Social do Estado de Minas Gerais".

Os reajustes dar-se-ão da seguinte forma.

Para os cargos das carreiras dos policiais civis; postos e graduações da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar; carreira de Agente de Segurança Penitenciário, a que se refere o art. 6º da Lei nº 13.720, de 2000, e carreira de Agente de Segurança Socioeducativo, instituída pela Lei nº 15.302, de 2004: 10% de reajuste a partir de 1º/9/2007. Também se propõe esse reajuste para os valores remanescentes das parcelas mensais dos contratos temporários de prestação de serviços de Agente de Segurança Penitenciário e de Agente de Segurança Socioeducativo, celebrados com base no disposto no art. 11 da Lei nº 10.254, de 20/7/90.

Sobre os valores resultantes da aplicação do reajuste de 10%, concedido às categorias mencionadas no ano de 2007, o projeto estabelece um reajuste de 10% com vigência a partir de 1º/9/2008.

Para o posto de Tenente-Coronel da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar e o cargo de Delegado de Polícia, nível especial, grau E, 14,83% de reajuste a partir de 1º/9/2007.

Sobre os valores resultantes da aplicação do reajuste de 14,83%, concedido às categorias mencionadas no ano de 2007, o projeto estabelece um reajuste de 14,62% a partir de 1º/9/2008.

Para o posto de Terceiro-Sargento da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar e o cargo de Agente de Polícia, nível II, grau E, e de Escrivão de Polícia, nível II, grau E, 11,8% de reajuste a partir de 1º/9/2007.

Para os cargos de Agente de Polícia, nível III, grau A, e de Escrivão de Polícia, nível III, grau A, 11,2% de reajuste a partir de 1º/9/2007.

Sobre os valores resultantes da aplicação do reajuste de 11,8% e de 11,2%, concedidos, respectivamente, às categorias mencionadas, no ano de 2007, o projeto estabelece um reajuste de 11,77% a partir de 1º/9/2008.

Finalmente, para o ano de 2009, a partir de 1º de setembro, propõe-se um reajuste de 10%, comum a todas as categorias de servidores mencionadas, sobre os valores resultantes dos reajustes anteriores.

A proposição ainda pretende dispor sobre a revisão dos proventos dos servidores inativos em face dos reajustes propostos, determinando a sua aplicação nos termos da Constituição Federal.

O projeto de lei em análise, se aprovado, acarretará aumento de despesa com pessoal, pois produzirá efeitos concretos sobre a folha de pagamento do funcionalismo. A Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal –, conceitua despesa com pessoal em seu art. 18 e, no art. 19, estabelece limitações para tais gastos. Dispõe, ainda, no art. 21, que é nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda às exigências dos seus arts. 16 e 17 bem como o disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição da República.

Informamos que o governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, encaminhou ofício a esta Casa, no qual consta que o impacto financeiro que o reajuste dos servidores policiais civis e militares, dos bombeiros militares, dos Agentes de Segurança Penitenciários e dos Agentes de Segurança Socioeducativos ocasionará será da ordem de R\$1.090.072.304,01.

Ressalte-se que a mensagem do Governador informa que, para a elaboração do projeto, "foram observados os limites de despesa de pessoal determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como a sustentabilidade que constitui premissa para a concessão de reajustes e vantagens pecuniárias aos servidores públicos do Poder Executivo Estadual".

Por outro lado, a análise do conteúdo dessa informação deverá ser feita pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, no momento oportuno, à luz das exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Vê-se, pois, que a proposição cumpre os pressupostos jurídico-formais para sua tramitação nesta Assembléia Legislativa.

Pelas razões expostas, apresentamos a seguinte conclusão.

Conclusão

Opinamos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 929/2007.

Sala das Comissões, 8 de maio de 2007.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Sebastião Costa, relator - Gilberto Abramo - Sargento Rodrigues - Hely Tarquínio.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 929/2007

Comissão de Segurança Pública

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o Projeto de Lei nº 929/2007 dispõe sobre a concessão de reajuste nos valores do vencimento básico e da remuneração básica das categorias que menciona. Por solicitação do Governador, com fulcro no art. 69 da Constituição Estadual, a matéria tramita em regime de urgência.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 25/4/2007, a proposição foi analisada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Distribuída a esta Comissão em virtude de requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, deve agora a matéria receber parecer de mérito, nos termos do art. 188 c/c o art. 102, XV, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise tem por objetivo reajustar o vencimento e a remuneração básica dos policiais civis e militares, dos bombeiros militares, dos Agentes de Segurança Penitenciários e dos Agentes de Segurança Socioeducativos, bem como os valores remanescentes das parcelas mensais dos contratos temporários de prestação de serviços de Agente de Segurança Penitenciário e de Agente de Segurança Socioeducativo. Tais mudanças ocorreriam escalonadamente, nos exercícios orçamentários de 2007, 2008 e 2009.

Esse conjunto de medidas se insere em uma política mais ampla de valorização do trabalhador da segurança pública, iniciada ainda no governo Itamar Franco e aprofundada sob o atual governo, a qual leva em consideração, no âmbito estadual, recomendações destacadas de documentos, pesquisas e relatos de experiências, nacionais e internacionais, acerca da matéria. Trata-se, em suma, de reconhecer que dotar o profissional da segurança pública de condições adequadas de trabalho, especialmente salário compatível com suas obrigações, riscos e necessidades, é pressuposto essencial para a construção de uma política de defesa social de qualidade.

A proposta sob exame se desdobra em etapas diferenciadas. No exercício de 2007, a partir de setembro, elevação remuneratória de 10% para os integrantes das carreiras de policial civil, policial militar, bombeiro militar, Agente de Segurança Penitenciário e Agente de Segurança Socioeducativo. Esse mesmo percentual seria aplicado sobre os valores remanescentes das parcelas mensais dos contratos temporários das funções públicas de Agente de Segurança Penitenciário e de Agente de Segurança Socioeducativo. Seriam atribuídos, ainda, 14,83% para o posto de Tenente-Coronel da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar e para o cargo de Delegado de Polícia, nível especial, grau E; 11,8% para o posto de Terceiro-Sargento da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar e para o cargo de Agente de Polícia, nível II, grau E, e de Escrivão de Polícia, nível II, grau E; e 11,2% para os cargos de Agente de Polícia, nível III, grau A, e de Escrivão de Polícia, nível III, grau A.

Em 2008, também a partir de setembro, se concederiam novos reajustes, nos mesmos percentuais a serem aplicados este ano, salvo para os que em 2007 receberam 14,83% ou 11,8% e 11,2%, que teriam, respectivamente, 14,62% e 11,77%. A partir de setembro de 2009 incidiria um percentual de 10% sobre todas as categorias mencionadas.

Verifica-se que a proposição obedece tanto a imperativos de uma gestão pública sóbria e eficiente quanto às necessidades das categorias profissionais beneficiadas. E se, de um lado, podemos admitir que os aumentos salariais propostos ainda não conduzem os servidores atingidos ao patamar pecuniário ideal, de outro é forçoso reconhecer que há, de fato, um comprometimento da administração com a melhoria paulatina de sua condição de trabalho. Os sucessivos reajustes remuneratórios aplicados desde 2000 são prova disso.

A par dessa constatação entendemos, todavia, que algumas alterações devem ser realizadas no projeto, a fim de aperfeiçoar seu escopo. Nesse intuito, apresentamos cinco emendas à proposição.

A Emenda nº 1 pretende estender a alteração remuneratória prevista no projeto de lei aos técnicos do setor administrativo do sistema de defesa social. Com isso, procuramos conferir tratamento isonômico a esses servidores, que também se sujeitam a riscos e peculiaridades próprios da área de segurança pública.

A fim de melhor atingir os objetivos de valorização profissional contidos na proposta, apresentamos a Emenda nº 2, que prevê a antecipação do reajuste para maio de cada ano abrangido. Trata-se de atitude que, além de proporcionar o benefício imediatamente, harmoniza o reajuste do trabalhador da segurança pública ao dos demais trabalhadores. Note-se que, por exemplo, serviços básicos como transporte, água, luz e telefonia, além de outros produtos, têm aumento a partir desse mês e são suportados pelos servidores da defesa social, que somente em setembro teriam seu reajuste salarial. Pelo mesmo motivo a Emenda nº 3 determina como data-base para esse reajuste o dia 1º de maio.

Já a Emenda nº 4 visa a conceder gratificação pelo exercício de atividade de risco aos servidores relacionados na proposição. Tal medida torna efetiva a regra presente no inciso XXIII do art. 7º da Constituição da República, que dispõe sobre o adicional remuneratório para as atividades penosas, insalubres ou perigosas. Faz-se, assim, justiça a esses servidores, que exercem seu labor em condições diferenciadas, colocando, diariamente, suas vidas em risco na defesa da paz social.

Com a Emenda nº 5 objetivamos ampliar o alcance do processo de valorização remuneratória das carreiras referidas na proposição, estabelecendo previsão de data para o reajuste salarial de 2010. A medida se escora na necessidade de se estender a política remuneratória até o fim dos mandatos estaduais vigentes, em obediência à racionalidade plurianual que orienta o planejamento público.

Conclusão

Em face do exposto concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 929/2007 com as seguintes emendas nºs 1 a 5.

Emenda nº 1

Acrescente-se ao art. 1º o seguinte inciso VII:

"Art. 1º - (...)

VII - os valores dos vencimentos básicos das carreiras a que se referem os incisos I a XI do art. 1º da Lei nº 15.301, de 10 de agosto de 2004."

Emenda nº 2

Substitua-se no "caput" dos arts. 1º ao 8º a palavra "setembro" pela palavra "maio".

Emenda nº 3

Acrescente-se onde convier:

"Art. ... - Fica instituído o dia 1º de maio como data-base para reajuste dos vencimentos ou remunerações das categorias de servidores de que trata esta lei."

Emenda nº 4

Acrescente-se onde convier:

" Art. ... - Fica concedido aos servidores de que trata esta lei adicional por atividade de risco, correspondente a 20% (vinte por cento) dos respectivos vencimentos básicos ou remunerações."

Emenda nº 5

Acrescente-se onde convier:

"Art. ... - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder reajuste salarial, entre a data do reajuste previsto no art. 8º e o mês de março de 2010, aos servidores de que trata esta lei."

Sala das Comissões, 8 de maio de 2007.

Elmiro Nascimento, Presidente - Sargento Rodrigues, relator - Délio Malheiros - Antônio Júlio - Leonardo Moreira - Paulo Cesar.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 929/2007

Comissão de Administração Pública

Relatório

Por meio da Mensagem nº 24/2007, o Governador do Estado encaminhou a esta Casa o projeto de lei em epígrafe, que dispõe sobre a concessão de reajuste nos valores do vencimento básico e da remuneração básica das categorias que menciona.

Com fulcro no art. 69 da Constituição Estadual, o Governador do Estado solicita que a matéria tramite em regime de urgência.

Preliminarmente, a Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria.

Cumpre, agora, a esta Comissão, o exame do mérito da proposição.

Fundamentação

A proposição em análise tem por escopo reajustar o vencimento e a remuneração básica das classes dos Policiais Civis e Militares, dos Bombeiros Militares, dos Agentes de Segurança Penitenciários e dos Agentes de Segurança Socioeducativos e os valores remanescentes das parcelas mensais dos contratos temporários de prestação de serviços de Agente de Segurança Penitenciário e de Agente de Segurança Socioeducativo, nos anos de 2007, 2008 e 2009.

Para 1º de setembro de 2007, propõem-se os seguintes reajustes:

- 10% para os cargos das carreiras dos policiais civis; postos e graduações da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar; carreira de Agente de Segurança Penitenciário, a que se refere o art. 6º da Lei nº 13.720, de 2000, e carreira de Agente de Segurança Socioeducativo, instituída pela Lei nº 15.302, de 2004. Também se propõe esse reajuste para os valores remanescentes das parcelas mensais dos contratos temporários de prestação de serviços de Agente de Segurança Penitenciário e de Agente de Segurança Socioeducativo, celebrados com base no disposto no art. 11 da Lei nº 10.254, de 20/7/90;

- 14,83% para o posto de Tenente-Coronel da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar e o cargo de Delegado de Polícia, Nível Especial, Grau E;

- 11,8% para o posto de Terceiro-Sargento da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar e o cargo de Agente de Polícia, Nível II, Grau E, e de Escrivão de Polícia, Nível II, Grau E;

- 11,2% para os cargos de Agente de Polícia, Nível III, Grau A, e de Escrivão de Polícia, nível III, grau A.

Para o ano de 2008, com vigência a partir de 1º de setembro, os reajustes corresponderão ao seguinte:

- 10% sobre os valores resultantes da aplicação do reajuste de 10% concedido às categorias mencionadas no ano de 2007;

- 14,62% sobre os valores resultantes da aplicação do reajuste de 14,83% concedido às categorias mencionadas no ano de 2007;

- 11,77% sobre os valores resultantes da aplicação do reajuste de 11,8% e de 11,2% concedidos às respectivas categorias mencionadas no ano de 2007.

Finalmente, para o ano de 2009, a partir de 1º de setembro, propõe-se um reajuste de 10%, comum a todas as categorias de servidores mencionadas, sobre os valores resultantes dos reajustes anteriores.

A revisão dos proventos dos servidores inativos em face dos reajustes propostos também está prevista no projeto em estudo, que determina a sua aplicação nos termos da Constituição Federal, a fim de garanti-la, portanto, aos aposentados.

O Governador do Estado ressalta, em sua mensagem, que "o reajuste proposto dá continuidade às medidas para valorização dos referidos profissionais e está em conformidade com os objetivos prioritários do Governo, uma vez que contribui para o fortalecimento e a adequada

atuação do Sistema de Defesa Social do Estado de Minas Gerais".

Com efeito, a preocupação com a segurança pública é de extrema relevância, especialmente nos dias de hoje, em face da crescente violência e criminalidade que se verifica em todo o Brasil. A busca de uma justa remuneração por meio de reajustes salariais para os servidores que atuam no combate ao crime representa um estímulo no desempenho profissional desses servidores, na medida em que valoriza os serviços públicos por eles prestados.

As ações e os serviços de defesa social dependem primordialmente da ação do servidor, razão pela qual julgamos a medida proposta justa e oportuna.

Com relação às emendas apresentadas pela Comissão de Segurança Pública, corroboramos o entendimento de que a Emenda nº 2, que prevê a antecipação para maio de cada ano do reajuste proposto pelo projeto, deve ser acolhida. Quanto às demais emendas apresentadas pela referida Comissão, que buscam instituir gratificação e estabelecer data-base para a concessão de reajustes, deixamos de acatá-la. Com efeito, não obstante a fixação de reajuste para uma determinada categoria de servidores nos termos da proposição em análise, é importante salientar que a periodicidade anual de reajuste é assegurada constitucionalmente a todos os servidores públicos, sendo atribuição específica do Chefe do Executivo definir qual a data-base para a concessão de reajustes salariais. Outrossim, cabe ao Governador do Estado a concessão de vantagens pecuniárias para seus servidores.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 929/2007 com a Emenda nº 2 e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 3 a 5, apresentadas pela Comissão de Segurança Pública.

Sala das Comissões, 8 de maio de 2007.

Elmirio Nascimento, Presidente - Inácio Franco, relator - Gilberto Abramo - Lafayette de Andrada - André Quintão.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 929/2007

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o Projeto de Lei nº 929/2007 dispõe sobre a concessão de reajuste nos valores do vencimento básico e da remuneração básica das categorias que menciona. Por solicitação dessa autoridade, com fulcro no art. 69 da Constituição Estadual, a matéria tramita em regime de urgência.

Preliminarmente, o projeto foi distribuído à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Em virtude de requerimento apresentado pelo Deputado Sargento Rodrigues, a proposição foi encaminhada à Comissão de Segurança Pública, que opinou pela aprovação da matéria com as Emendas nºs 1 a 5, que apresentou.

Em seguida, a Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 2, da Comissão de Segurança Pública; e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 3 a 5, da mesma Comissão.

Vem agora a matéria a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, inciso VII, do Regimento Interno.

Fundamentação

Encaminhado a esta Casa por meio da Mensagem nº 24/2007, o projeto de lei em tela estabelece reajustes no vencimento e na remuneração básica das classes dos policiais civis e militares, dos bombeiros militares, dos Agentes de Segurança Penitenciários e dos Agentes de Segurança Socioeducativos, além de reajuste nos valores remanescentes das parcelas mensais dos contratos temporários de prestação de serviços de Agente de Segurança Penitenciário e de Agente de Segurança Socioeducativo. A proposta prevê reajustes diferenciados para as referidas categorias profissionais, a serem concedidos nos anos de 2007, 2008 e 2009. Os reajustes variam de 10% a 14,83% no primeiro ano e de 10% a 14,62% no segundo ano; e são de 10% para todas as categorias no ano de 2009.

Segundo a justificativa do Chefe do Poder Executivo, "o reajuste proposto dá continuidade às medidas para a valorização dos referidos profissionais e está em conformidade com os objetivos prioritários do governo, uma vez que contribui para o fortalecimento e a adequada atuação do Sistema de Defesa Social do Estado de Minas Gerais".

Com base no disposto no art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF -, o reajuste proposto constitui despesa de caráter continuado, razão pela qual se faz necessário o atendimento dos pressupostos definidos nesse artigo, que estabelece que os atos que criarem ou aumentarem despesa dessa natureza deverão ser instruídos com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois anos subsequentes e trazer demonstrativo da origem dos recursos para seu custeio, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

Em atendimento ao disposto na LRF, o governo do Estado enviou a esta Casa, por meio da Secretaria de Planejamento e Gestão - Seplag -, exposição de motivos em que consta o valor correspondente ao impacto anual da medida proposta nas contas públicas do Estado, qual seja o de R\$1.090.072.304,01.

O Governador do Estado informou, por meio da mensagem que acompanha o projeto, que na elaboração da proposta "foram observados os limites de despesa com pessoal determinados pela LRF", ou seja, o acréscimo desse valor aos gastos do Estado com pessoal não ultrapassa o limite de 49% da receita corrente líquida, estabelecido pela referida norma para gastos com pessoal no âmbito do Executivo Estadual.

O relatório contábil do Estado para o exercício de 2006 aponta uma despesa com pessoal do Poder Executivo no valor de R\$22.000.083.399,00, equivalente a 44,58% da despesa corrente líquida. O gasto com pessoal, portanto, está abaixo do limite estabelecido na LRF, o que abre

espaço para acomodação, no orçamento do Estado, do aumento da despesa com pessoal decorrente da medida proposta.

A LDO que orienta o exercício de 2007, por sua vez, em seu art. 21, autoriza a concessão de vantagem, o aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou a alteração da estrutura de carreiras, conforme lei específica, bem como a admissão ou a contratação de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto na LRF.

A Comissão de Segurança Pública apresentou as Emendas nºs 1 a 5, com vistas ao aprimoramento da proposição, mas a Comissão de Administração Pública acolheu apenas a Emenda nº 2, com o que concordamos.

Pelas razões apresentadas, esta Comissão entende que a proposta em tela não encontra óbice na legislação pertinente à matéria financeira e orçamentária e, tendo em vista sua relevância, deve ser aprovada por esta Casa.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 929/2007 no 1º turno, com a Emenda nº 2, da Comissão de Segurança Pública; e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 3 a 5, da mesma Comissão.

Sala das Comissões, 8 de maio de 2007.

Elmiro Nascimento, Presidente - Lafayette de Andrada, relator - Carlos Mosconi - Leonardo Moreira - Inácio Franco - Gilberto Abramo - Elisa Costa - Sebastião Helvécio.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 3/5/2007

O Deputado Neider Moreira - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público das galerias e senhores telespectadores da TV Assembléia; venho hoje à tribuna desta Casa para tecer algumas considerações relacionadas a um setor que julgo fundamental na sociedade. Todos sabemos da importância da educação como fator transformador de uma sociedade. Lembro-me bem, ainda criança, quando meu pai era Prefeito da cidade de Itaúna, do que se falava, no dia-a-dia, a respeito da descentralização da educação nas cidades, em especial as do interior. Através do trabalho que realizou nesse setor, ele acabou sendo chamado - e o é até hoje - de "Prefeito da Educação" em Itaúna.

Como Deputado da base do governo, que acredita no projeto que está sendo implementado e nas políticas públicas que estão sendo propostas para o Estado de Minas Gerais, quero dizer que tivemos vários avanços ao longo desses últimos quatro anos. Poderia citar o plano de carreira, aprovado pela Casa depois de muitos anos de reivindicação por parte do setor; a avaliação de desempenho; o pagamento dos servidores, que passou a ser no 5º dia útil de cada mês; o pagamento das verbas retidas, que existiam em enorme quantidade; a construção e a reforma de inúmeras escolas por todo o Estado de Minas, com o grande investimento que foi feito. Também hoje temos as crianças na escola aos 6 anos, o que vem tendo uma grande repercussão. Ainda lembramos o alto investimento em mobiliário e em informática, que vem sendo feito para que as escolas do Estado estejam mais focadas e ligadas neste momento que vivemos de grande avanço tecnológico.

Houve um fato extremamente representativo em 1991, quando foi instituída a eleição, pela comunidade escolar, para o cargo de Diretor de escola. Ali participaram os docentes, o corpo discente, os pais, os funcionários; enfim, todo o mundo envolvido no novo ambiente e no novo momento, a fim de dar um cunho democrático à escolha dos Diretores de escola. Então, seria escolhido quem a comunidade escolar achasse estar mais preparado naquele momento para assumir a direção de uma unidade escolar.

Nos últimos dias, estamos passando pelo processo de escolha dos novos Diretores de escolas estaduais, mas o modelo implementado em 2007, para a escolha dos Diretores, seguramente não foi o melhor.

Sr. Presidente, os problemas estão aparecendo. Os telefonemas em nossos gabinetes não param. A reclamação é enorme por parte de toda a comunidade escolar, seja dos professores, seja dos pais dos alunos, ou seja propriamente dos alunos envolvidos.

Foi positiva a implantação de uma prova para se fazer a seleção de alguns professores que, sendo aprovados, poderiam registrar sua chapa para disputar a eleição. O ponto negativo dessa prova é que o valor para aprovação é considerado alto - 65% -, enquanto nos concursos públicos exigem-se 50% para se obter classificação. O ponto negativo desse processo de escolha de Diretores é a prerrogativa do colegiado de vetar chapas inscritas quando há uma chapa única na escola. Esse é um grande problema, e há outros problemas sobre os quais discorrerei.

Na verdade, em muitas escolas, apenas um professor foi aprovado, o que significa que obteve 65% ou mais do valor da prova. Isso fez com que houvesse uma chapa única, e, em muitas dessas escolas, o colegiado vetou que esses candidatos fossem eleitos pela comunidade escolar como Diretor e Vice-Diretor. Isso é grave, porque pode macular a credibilidade do processo de escolha dos Diretores das escolas estaduais. Atualmente, há uma situação em que muitas escolas não têm os seus Diretores escolhidos. Pior: não sabemos qual será o critério para a escolha dos Diretores dessas escolas que ficaram sem Diretor.

Como será essa escolha? Se outras pessoas não foram aprovadas na prova inicialmente exigida, será que agora haverá a escolha dos Diretores que não foram aprovados em virtude de um colegiado? Quando se fala sobre colegiado, é preciso fazer uma ressalva. Colegiado, na maioria das vezes, não tem a menor representatividade, pois todos nós, parlamentares, sabemos perfeitamente como esses colegiados são escolhidos. Tiramos a prerrogativa da comunidade escolar de tomar a sua decisão. Por que dar esse poder de veto ao colegiado e não deixar que a comunidade escolar faça a escolha de votar naquela chapa única ou votar em branco, manifestando o seu descontentamento com a existência de uma chapa única?

Estou abordando essa questão em razão dos inúmeros telefonemas que o nosso gabinete recebeu e tenho certeza de que os gabinetes de todos os Deputados também receberam várias ligações nos últimos dias. É preciso que haja muita sensatez e ponderação por parte da Secretaria de Educação em relação a essa situação, que, de fato, existe. E por que deve haver muita sensatez e ponderação neste momento? Para que o processo, que existe desde 1991, não seja maculado de vez, para que haja uma eleição direta para Diretores, para que o processo de eleição não perca a sua credibilidade já consagrada no dia-a-dia das escolas.

Aproveito a presença da Deputada Ana Maria Resende, membro da Comissão de Educação, para sugerir-lhe que façamos uma audiência pública

para discutir essa questão, ou melhor, definir os critérios, determinando-os muito bem, para evitarmos que isso continue acontecendo e que o processo de escolha de Diretores de escola caia no esquecimento por parte da comunidade escolar. E isso pode acontecer em razão desses últimos fatos, o que é muito perigoso para o processo democrático.

Nós, Deputados, temos de defender o processo democrático diuturnamente e de maneira transparente. Trago aqui essa minha preocupação para que possamos refletir, e muito, e contribuir, de maneira positiva, para a solução desse problema existente hoje. Era o que queria dizer. Muito obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, TV Assembléia, público das galerias, também gostaria de saudar, de forma muito especial, como já foi lembrado nesta data festiva, as nossas taquígrafas e os nossos taquígrafos, servidores incansáveis.

Até agora, ninguém falou que os nossos taquígrafos da Assembléia Legislativa são os melhores de Minas Gerais e do Brasil. Tenho certeza absoluta de que a assessoria e a Consultoria do Parlamento mineiro também já foram consideradas como das melhores.

A Gerência de Taquigrafia da Assembléia Legislativa já foi aplaudida pela sua operosidade e dedicação e, acima de tudo, pela transparência e exatidão de todos os atos condensados do Parlamento mineiro e da vida da Assembléia Legislativa.

Nossos cumprimentos, nossa homenagem e gratidão, nesta data festiva, a esses profissionais.

Sr. Presidente Deputado Doutor Viana, caríssimo Deputado Paulo Cesar, amigos e amigas, nesta oportunidade, justifico minha presença mais uma vez, nesta tarde, registrando nossa satisfação pela medida anunciada pelo governo federal de elevar de 20% para 35% a Tarifa Externa Comum - TEC - para produtos têxteis e calçadistas, e também apelando, mais uma vez, para que essa urgente providência seja prontamente efetivada a partir de deliberação do Mercosul, em reunião prevista para o final deste mês.

Na verdade, Sr. Presidente, essa é uma iniciativa que tememos ser tardia para algumas empresas do setor, diante dos clamores e das manifestações que temos ouvido e que repercutiram neste Plenário, desde 2005, em reiteradas audiências públicas que sempre contaram com a expressiva participação de representantes de setores produtivos de nosso Estado, especialmente o têxtil e o calçadista. Assim, em razão dessa contínua mobilização, chegamos a solicitar, e funcionou nesta Casa, ano passado, a Comissão Especial contra a Invasão de Produtos Chineses, a qual tive a honra de presidir, tendo como relator o ilustre Deputado Paulo Cesar, cujo trabalho, sem dúvida alguma, foi reconhecido por todo o Parlamento e representantes do setor.

Naquela oportunidade, Srs. Deputados, alguns fatores foram apontados como absolutamente prejudiciais à expansão da atividade têxtil e calçadista, os quais voltamos a enfatizar, pois a conjuntura atual continua reclamando intervenções efetivas nos seguintes aspectos: a elevada carga tributária interna que penaliza esses setores impõe a necessidade urgente de uma eficiente desoneração de seus produtos; a elevada taxa de juros praticada no Brasil constitui grave desestímulo à atividade produtiva; a questão cambial é outro ponto que carece de redobrada atenção de todos nós.

O Deputado Paulo Cesar (em aparte)* - Caro Deputado Dalmo Ribeiro Silva, quero cumprimentá-lo por seu pronunciamento e pelo trabalho desenvolvido, ao presidir a Frente Parlamentar contra a Invasão de Produtos Chineses, da qual tive a honra de ser Vice-Presidente e relator.

O trabalho dessa Comissão foi muito importante. Visitamos as cidades e os setores envolvidos e ouvimos os empresários do ramo. Já estamos colhendo os frutos, como a elevação de 20% para 35% da taxa citada por V. Exa.; porém apenas isso não resolve o problema dos calçados, das confecções nem dos tecidos. Precisamos continuar a nossa luta para impedir que os produtos chineses entrem no Brasil sem nota fiscal e por contrabando. Levantamos alguns dados e verificamos que há numerosos produtos entrando dessa maneira no País, o que constitui um dos nossos maiores problemas.

Vamos continuar a nossa luta, Dalmo, porque ela é importante para que as indústrias que ainda continuam trabalhando tenham condições de sobreviver. Muito obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado pela intervenção de V. Exa., que foi muito oportuna.

Uma das reivindicações de maior apelo era e continua sendo exatamente o estabelecimento de mecanismos que coloquem em condições de igualdade o produto nacional e o importado, especialmente o da China, que entra no País com preços inferiores ao nacional, numa concorrência desleal que fragiliza a nossa indústria, particularmente pelo contrabando e pela grande pirataria.

São situações que exigem decidida intervenção do governo federal, em defesa dos setores produtivos do Estado e do Brasil, em favor da preservação da capacidade instalada e do aumento da competitividade de setores que têm enorme potencial para produzir renda e gerar milhares de empregos formais.

Não há dúvida, Srs. Deputados, de que medidas como a que se anuncia - ainda que não beneficiando de maneira plena a indústria têxtil, pois, num primeiro momento, ela é direcionada à confecção -, devem ser reconhecidas, porque temos a certeza de que o segmento têxtil será estimulado, pois a indústria do vestuário voltará a adquirir matéria-prima para a produção; todavia, Sr. Presidente, a motivação maior quando sugerimos a criação da comissão especial, e teve a sua pertinência confirmada durante nossos trabalhos, é a imperiosa necessidade de inibir o ingresso ilegal de produtos oriundos da China em território nacional. Nesse aspecto, é importante destacar o seguinte registro: apenas em relação aos produtos têxteis, dados do governo chinês informam que 37.000t de artigos desse setor saíram desse país ano passado, com destino ao Brasil; porém, números do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior revelam que pouco mais de 21.000t entraram no Brasil no mesmo período.

Assim, torna-se evidente que mais de 15.000t podem ter adentrado, como adentraram, o território brasileiro por via ilegal.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte)* - Parabeno-o pela riqueza do discurso. O que me leva a apartear-lo é o fato de, por muitos anos, ter militado na área da indústria da confecção. Fui pequeno industrial. Já naquele tempo sofri muito. Primeiro, em virtude das altas taxas de juros, que sempre inviabilizaram os negócios do Brasil, principalmente os grandes fomentadores da atividade econômica do País, os médios e pequenos empresários e os microempresários; os grandes têm os seus mecanismos, os seus recursos para, de alguma maneira, vencer as crises com maior facilidade.

O produto chinês vem preocupando há muito tempo, não só o Brasil, mas o mundo, em virtude da própria conjuntura chinesa, com salários aviltantes, de fome, mas não faltam pessoas, infelizmente, dispostas a prestar esse serviço. Com isso, nós, aqui no Brasil, sofreremos as conseqüências. O nosso industrial está ameaçado.

Vimos recentemente uma reportagem sobre o Sul mostrando o fechamento de indústrias tradicionais nessa região. Assim, acredito que o discurso de V. Exa. vem em boa hora.

Esperamos que o governo vá além das medidas já tomadas, a fim de aumentar a carga de impostos para as importações desses e outros produtos que hoje entram e concorrem diretamente com a nossa indústria, tirando-nos o emprego e a condição de crescimento no setor empresarial. Parabéns, Deputado, pelo pronunciamento.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado, Deputado.

Nesse aspecto, já tivemos oportunidade de dizer e voltamos a reafirmar que é imprescindível estabelecer desde já a clara distinção no tratamento a ser dado às importações chinesas operadas legalmente e à pirataria alimentada pelos produtos oriundos da China.

O Deputado Ademir Lucas (em aparte) - Sugiro a V. Exa. que, ao final do seu pronunciamento, proponha uma audiência pública na comissão permanente, a fim de se discutir a questão das indústrias têxtil e calçadista, a qual tanto nos aflige e atinge as cidades de Nova Serrana, Contagem e outros Municípios. Sugiro também que se convide o Vice-Presidente da República, Dr. José Alencar Gomes da Silva.

Há um zunzunzum de que a empresa dele abriu uma filial na China. Se for verdade, o mundo está acabado. Então, gostaria de sugerir-lhes que convocassem uma audiência pública e convidassem o Dr. José Alencar, para falar a respeito do setor têxtil, e outros empresários do setor calçadista e de outras áreas também, que têm sofrido o prejuízo com os produtos chineses que chegam aqui, aviltados com o salário mínimo de U\$35,00, sem previdência, sem nada. É realmente uma competição desleal.

Então seria bom que se promovesse uma audiência pública e que se convidasse o Vice-Presidente da República, que é da área têxtil, para ele se pronunciar a respeito e, até mesmo, confirmar se abriu uma indústria na China.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Obrigado pela lembrança, Deputado Ademir Lucas.

Para o primeiro caso, Sr. Presidente, não que se praticar salvaguardas eficientes; para a segunda questão, não há outra opção: a Receita Federal e a Polícia Federal precisam ter, cada vez mais, condições para atuar na repressão desse crime altamente nocivo à economia. É urgente que esses órgãos reforcem seu trabalho de combate a essa prática lesiva à indústria nacional, levando-se em conta a mobilidade daqueles que realizam tais práticas, que, a cada momento, se utilizam de diferentes portos e aeroportos brasileiros.

O anúncio, portanto, da elevação da tarifa sobre a importação de produtos desse setor é um alento para todos os que já não viam mais opções para suas empresas.

Neste momento, queremos reiterar a nossa disposição de continuar integrados nessa luta pelo fortalecimento especialmente dos setores têxtil, de vestuário e de confecções, numa firme parceria com os representantes do setor, que sempre compareceram a esta Casa acreditando na sua atuação e na sua postura firme em favor dos legítimos interesses de nossa população e dos segmentos.

Quero saudar, portanto, o Dr. Aguinaldo Diniz Filho, Presidente do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem de Minas Gerais; o Dr. Flávio Roscoe Nogueira, Presidente do Sindimalthas; e o Dr. Michel Aburachid, Presidente do Sindinvest; sempre atuantes nessas questões decisivas para a manutenção de um setor têxtil forte e pujante. Saudado, também, todos os empreendedores das malharias sul-mineiras, minha região, que, a despeito de todas as dificuldades, continuam investindo em suas empresas, seguros da atividade que desenvolvem, gerando emprego e economia para a nossa região.

Por essas razões, Sr. Presidente, faço esse registro na certeza de que a nossa Comissão, que, desde o ano passado, com tanta dedicação aqui atuou, irá colher bons frutos, e conseqüentemente já está colhendo, pela decisão do governo federal sobre a taxação de 35%. Certamente, cobraremos gestões do governo federal, para que, imediatamente, possa entrar em vigor essa TEC. Muito obrigado. Boa-tarde!

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, cidadãos que nos acompanham nas galerias e pela nossa TV Assembléia. Queremos, nesta tarde, Sr. Presidente, antes de nos manifestarmos a respeito do assunto que nos trouxe aqui, unir a nossa voz à do Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Acompanhamos atentamente o seu pronunciamento e, por compreender o tempo exíguo que ele tinha, deixamos para fazer esse comentário neste momento, para dizer que essa matéria é fundamental para todos os brasileiros. Nós, do Centro-Oeste mineiro - o Deputado Dalmo conhece bem a nossa região -, sofremos mais de perto as dificuldades da concorrência desleal.

Tivemos oportunidade de promover uma audiência pública nesse mesmo intuito aqui, na Assembléia, na Comissão de Fiscalização Financeira, no ano passado, quando presidíamos essa Comissão. Trouxemos um representante do Ministério das Relações Exteriores e o Secretário de Desenvolvimento Econômico, Wilson Brumer. Na verdade, o sofrimento dos setores calçadista, de vestuário e de fogos de artifício - para citar apenas três que estão bem enclavados no Centro-Oeste, em Divinópolis, Nova Serrana e Santo Antônio do Monte - mostra muito bem como uma concorrência desleal de produtos importados afeta a vida do cidadão comum, do trabalhador que precisa do seu emprego e tem assistido ao fechamento de empresas e à dificuldade vivida pelo segmento.

É bem verdade que, com a seriedade, a competência e a garra do nosso pequeno e médio empresários - a maioria são pequenos e médios empresários -, temos conseguido fazer com que esses três setores do Brasil, e em especial de Minas Gerais, sejam dos mais eficientes do mundo para compensar essa política injusta de termos que concorrer com o contrabando. Se tivéssemos apenas a concorrência do produto importado, ela já seria desleal, mas contrabandeiam da forma mais descarada, com produtos que chegam aos portos brasileiros como se fossem para o Paraguai, mas que, na verdade, vêm direto para Santo Antônio do Monte, Nova Serrana e Divinópolis.

No caso dos fogos, por exemplo, às vezes os produtos vêm semi-acabados e são montados. Ali se chegou ao absurdo de encontrar uma caixa de foguetes com o símbolo "made in China", ou seja, eles foram produzidos na China, já que não havia como sair de lá sem essa indicação no rótulo; entretanto, o rótulo imitava o de um foguete - esse tipo de fogos de artifícios comuns - que é vendido há mais de 30 anos em Santo Antônio do Monte. Chegaram ao deslante de copiar a marca, mandar para a China e fabricar lá. Essa caixa foi objeto de investigação da Polícia Federal, e chegou-se à conclusão de que havia sido importada por argentinos, que já compram dos chineses com uma certa facilidade, e colocada no Brasil como se eles tivessem sido fabricados em Santo Antônio do Monte.

É realmente um acinte, uma violência contra o emprego do brasileiro. O governo federal começa a acordar para a questão. Baixou uma portaria estabelecendo algumas restrições para a importação de calçados, mas ainda não é o suficiente.

Antes de abordar o outro assunto que me trouxe à tribuna, queria expor a situação em nome do povo do Centro-Oeste mineiro, que represento. Esse não é um problema apenas do setor de calçados de Nova Serrana e do setor de vestuário de Divinópolis, Formiga e tantas outras cidades vizinhas. Preocupamo-nos com a economia brasileira como um todo, pois sabemos que não podemos continuar como um País que só exporta minério e "commodities", ou seja, aquela matéria-prima, aquele produto sem valor agregado.

Já é hora de o Brasil valorizar o que é produzido aqui: o calçado, a roupa, os móveis - como os de Carmo do Cajuru -, a fundição e, obviamente, os produtos de tecnologia de ponta, como o eletroeletrônico feito em Santa Rita do Sapucaí e em outros lugares. Precisamos de mecanismos que não permitam a concorrência desleal de um produto que vem de uma economia como a da China, que equivocadamente o governo Lula considerou como de mercado. Aquele é um país que, sabidamente, continua pagando US\$30,00 a cada cidadão e que não respeita os direitos trabalhistas nem os direitos humanos, lá ainda se fuzilam os que discordam do regime. É surpreendente que o Presidente Lula tenha dito que é economia de mercado, capaz de concorrer de igual para igual com o cidadão brasileiro, que obviamente tem que assinar a carteira e pagar o salário mínimo, que ainda é pouco, mas que chega a ser cinco a seis vezes maior que a remuneração de um empregado chinês, que produzirá o calçado ou o fogo de artifício que certamente chegarão aqui com um preço com o qual não poderemos concorrer.

Sr. Presidente, gostaria de falar de coisas boas que ocorrem em Minas Gerais. Tive a alegria de acompanhar o Prof. Antônio Augusto Anastasia, no exercício do cargo de Governador, em uma viagem. No sábado último, ele se prontificou a cumprir sua missão, indo ao interior mineiro. Para minha alegria, acompanhou-me na minha querida Oliveira, onde participei, com o Júlio Silveira, da abertura de uma exposição agropecuária, evento organizado com muita garra e diferente do tradicional rodeio, em que se toma o espaço, transformando-o mais em um evento de "shows", mas que também tem sua importância.

Em Oliveira, com muita sabedoria, o Presidente do sindicato realiza dois eventos. O primeiro deles é a exposição agropecuária, voltada para a produção, com torneio leiteiro, comercialização de gado, concurso para verificar a melhoria das raças e exposição de máquinas e equipamentos. Em julho, haverá a festa popular do rodeio.

O Vice-Governador participou de uma atividade mais importante ainda, uma vez que se trata da educação, indo à inauguração da reforma da Escola Estadual São João Batista, no Distrito de Morro do Ferro, que tem características de uma boa cidade. Foi uma alegria incomensurável para a comunidade. Conheço o local desde criança, pois nasci e cresci em São Tiago, bem ao lado. A reforma fez com que a escola, que já é modelo e exemplo de qualidade e integração com a comunidade, ganhasse vida nova.

Na oportunidade, também foi entregue à comunidade uma quadra poliesportiva, quando se homenageou a grande educadora Profa. Maria Helena, natural de Morro do Ferro. Refiro-me a esse episódio, que parece singelo, a fim de dizer da importância de o homem público ter sensibilidade para valorizar as pessoas simples, os lugares simples e pequenos. É natural ver o Governador, que não pode fugir da rotina do cargo, em grandes eventos, em grandes momentos, em grandes centros, nas Capitais da República e dos mineiros, mas testemunhei a presença desse grande homem público, cidadão competente, servidor público - professor, pesquisador e jurista -, também mostrando sua sensibilidade para com as necessidades do nosso povo não só na convivência da atividade parlamentar. Por essa razão, trouxe a notícia a esta Casa. Ali, vimos a união de dois aspectos fundamentais na vida pública, a competência e a sensibilidade, o respeito às pessoas mais simples.

Como estava ao lado da minha terra natal, não perdi a oportunidade de levar um Governador de Estado a São Tiago. Lá inauguramos um posto de saúde, devido a um programa fantástico do governo de Minas de se levar centros de saúde para cuidar das ações do PSF, construído a partir de um convênio entre o governo do Estado e Município. O espaço ficou como um verdadeiro hospital. O Prefeito Denilson Reis, com R\$160.000,00 e muita seriedade, possibilitou a execução de uma obra de mais de 330m² de excelente qualidade, toda paga e entregue mobiliada à população. Isso nos deixa felizes, porque, a cada dia, preocupam-me não apenas as dificuldades que temos para conseguir recurso suficiente para tudo, mas também o mau uso do dinheiro público. É importante ressaltar quando a coisa é bem-feita. Pude testemunhar isso na minha terra natal. O dinheiro público que conseguimos por meio do convênio foi bem aplicado, pois R\$160.000,00 fizeram aquela fartura toda.

No mesmo dia, estive na Escola Estadual Afonso Pena Júnior, onde fui alfabetizado, durante o lançamento da pedra fundamental para construção da Quadra Poliesportiva Rosa Maria Marques. Trata-se de uma homenagem a uma educadora e que atende à necessidade de haver um espaço para as atividades de educação física e lazer. A quadra servirá também para o encontro da comunidade, pois ficará na praça principal da cidade e funcionará como ginásio poliesportivo.

Ainda nesse fim de semana prolongado, pudemos unir o útil ao agradável, estando nas bases e, ao mesmo tempo, trabalhando. Em Divinópolis, reunimo-nos com a Superintendência de Ensino e com a Diretora da Escola Estadual de São Gonçalo do Pará, acompanhando a assinatura de três termos de compromisso para reforma, ampliação e construção de uma quadra coberta naquele educandário. Ao todo, mais de R\$600.000,00 foram investidos na maior escola desse Município, atendendo a um pedido do mandato passado.

Ao mesmo tempo, acompanhamos a liberação dos recursos para a Escola Estadual Ilídio da Costa Pereira, em Divinópolis, que receberá investimentos importantes para sua reforma e ampliação; como também para a escola estadual em Carmo do Cajuru.

Na segunda-feira, véspera do feriado, reunimo-nos com o setor de segurança pública em Divinópolis e entramos em contato com o Delegado Regional, Dr. Hélio, Comandante da Polícia, quando se tratou da importância da construção da Delegacia Regional de Polícia e de mais um quartel, para que haja uma companhia separada. Divinópolis tem mais de 200 mil habitantes, sendo uma grande metrópole do nosso Centro-Oeste. Segurança é uma preocupação de todos nós, e, como representante dessa cidade, com muita honra, não posso descuidar disso.

Estamos tratando da ida do nosso Governador Aécio Neves a Divinópolis no mês de junho. Teremos a alegria de acompanhar a inauguração de importante centro de recuperação e reeducação de menores infratores, uma obra de mais de R\$4.000.000,00, a qual já está sendo concluída e atenderá a uma demanda muito séria. Não podemos ignorar que há menores infratores soltos, alguns culpados de crimes de latrocínio. Eles matam para roubar, mas continuam soltos. É preciso haver uma reação, e não simplesmente criar outra Febem, outro equipamento inadequado. Um equipamento apropriado será inaugurado: um conjunto habitacional. Na oportunidade, levaremos ao Governador a reivindicação daquela cidade de receber obras na área de segurança. Não apenas uma delegacia regional mais adequada, mas um novo quartel para desmembrar a ação da polícia, ficando cada quartel com uma companhia. A cidade é cortada pelo Rio Itapecerica, e cada margem do rio teria um atendimento adequado.

Faço esse relato para mostrar o que tem sido feito, mas também para dizer que, enquanto descansamos, carregamos pedra. Na vida do parlamentar, muitas vezes o feriado prolongado significa trabalho prolongado. Temos a obrigação de ir ao encontro dos nossos cidadãos do interior, e muitas vezes a oportunidade surge num feriado prolongado. Obrigado.

A Deputada Maria Lúcia Mendonça* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, amigos telespectadores da TV Assembléia, ocupo a tribuna para fazer um pedido aos Prefeitos e às Prefeitas de Minas Gerais que ainda não realizaram em seus Municípios a Conferência Municipal de Políticas para Mulheres.

Hoje, pela manhã, participei da reunião da Comissão Organizadora da II Conferência Estadual de Políticas para Mulheres e percebi que, apesar do fantástico trabalho de mobilização que está sendo feito pela Assembléia Legislativa em parceria com a Sedese, a Coordenadoria da Mulher, o Conselho Estadual da Mulher e os movimentos organizados de mulheres, nem todos os Municípios realizaram a Conferência Municipal.

Há um descaso gritante por parte das Prefeituras do interior e da própria Secretária de Ação Social, que provavelmente ainda não tomaram conhecimento da documentação que foi expedida de Belo Horizonte para o interior. Essa documentação deve estar guardada nas secretarias das Prefeituras.

É muito importante que os Prefeitos e as Prefeitas convoquem por decreto a conferência, que pode também ser realizada regionalmente, até 14/5/2007.

Se algum Município tem a possibilidade de reunir-se com outros Municípios, como já ocorreu, em vez de fazer a sua conferência, reúna-se com outros e façam a conferência regional até 14/5/2007.

O sucesso da conferência estadual, e conseqüentemente da nacional, depende da realização das conferências municipais.

Na conferência estadual, que será realizada nos dias 9 e 10/7/2007, nós, mulheres, teremos a oportunidade de analisar e repactuar as diretrizes e os princípios aprovados na I Conferência Estadual e na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres; avaliar a implementação do Plano Estadual e do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; analisar a participação das mulheres nos espaços de poder e elaborar propostas para ampliar essa participação; eleger delegadas que representarão o Estado de Minas Gerais na II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres; e elaborar relatório sobre o tema proposto e encaminhá-lo à Comissão Organizadora da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em cumprimento da etapa estadual.

Peço também aos meus colegas Deputados e Deputadas, principalmente aos Deputados, que são em maior número, que nos ajudem na mobilização em sua região, falem com seus Prefeitos, Vereadores e lideranças sobre a importância da realização desse evento. Trata-se de oportunidade única para as mulheres dos mais variados segmentos fazerem-se ouvir, questionar, apresentar propostas e cobrar a implementação de políticas públicas para nós, mulheres.

Fui informada de que as representantes dos movimentos organizados de mulheres de Belo Horizonte, que fazem parte da Comissão Organizadora da II Conferência, vão procurar os Deputados. Os Deputados que estão aqui e os que se encontram em seus gabinetes serão procurados pelas representantes desses movimentos femininos, com um documento solicitando maior mobilização em suas bases. Ajudem-nos, pois este é o momento da mulher.

Conto com o apoio dos Deputados e da própria Assembléia Legislativa e peço a todos que recebam, com muito carinho, essas mulheres maravilhosas que vêm fazendo um trabalho excepcional voltado para as mulheres de todo o Estado.

Essas mulheres estão organizadas nos seguintes movimentos: Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB -, Conselho Estadual da Mulher - CEM -, Central Única dos Trabalhadores - CUT -, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM -, Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais - Fetaemg -, Fórum de Mulheres do Mercosul, Marcha Mundial de Mulheres, Movimento do Graal no Brasil, Movimento Popular da Mulher - MPM -, Rede Feminina da Saúde e União Brasileira de Mulheres - UBM.

Srs. Prefeitos que estão, neste momento, assistindo à TV Assembléia, mobilizem seus Municípios. Srs. Deputados, voltem para suas bases e solicitem aos Prefeitos que não estão dando confiança à II Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres que o façam em seu Município.

E é chegada a nossa hora também. Você, mulher que está me ouvindo, comente com outra mulher, busque a sua Prefeitura, o Deputado em quem votou, o seu Prefeito, o seu Vereador, a Secretaria de Ação Social do seu Município, e exija que a Conferência ocorra, para que nós mesmas possamos, por competência, ocupar o lugar que nos é negado há muitos anos, e não porque não queremos, mas porque só agora estamos conseguindo ocupá-los, principalmente os de poder.

Agradeço a todos os que me ouviram e solicito que assumam comigo esse compromisso, para que possamos ter sucesso na conferência estadual e, conseqüentemente, na conferência nacional. E que possamos colocar imediatamente em prática a linda e completa Lei Maria da Penha, que dá um amparo muito grande para que a violência contra a mulher seja exterminada em nosso meio. Muito obrigada. Conto com todos.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Carlos Arantes - Sr. Presidente, nobres colegas, telespectadores da TV Assembléia, sempre falei, em meus pronunciamentos, sobre a segurança em São Sebastião do Paraíso, Jacuí, e em todas as cidades da região. Fizemos mobilização, movimentos, audiências, trouxemos autoridades a Belo Horizonte, o Secretário nos visitou. Em minhas manifestações, concordei com as autoridades locais que a maioria dos problemas passa pela falta de efetivos e equipamentos, mas sempre declarei que, muito mais que isso, o problema de segurança em nossa região é questão de gestão, de ação efetiva, concreta, com rapidez e profissionalismo das autoridades competentes.

Assim, fruto dessa discussão forte em nossa região, as autoridades mobilizaram-se. A Polícia Militar foi mais para a rua - como sempre cobrei -, e a Polícia Civil também; por isso, ultimamente, em Paraíso podemos respirar mais aliviados. Hoje o povo está vivendo um pouco mais tranqüilo.

O nosso Secretário Maurício Campos, a quem agradeço, fez suas ações, e espero que faça mais. Há muito mais coisas que fazer, como ele tem combinado conosco. Já tirou bandidos de alta periculosidade de cadeias da região e levou-os para as penitenciárias; buscou atitudes concretas, fazendo com que a polícia fosse mais para a rua. Em Paraíso, as coisas melhoraram, agora é preciso que melhorem também na região.

Hoje há um grupo da Secretaria de Defesa Social em minha cidade fazendo uma avaliação da cadeia local.

Espero que continuemos caminhando juntos para que o efetivo das Polícias Militar e Civil cresça, a fim de que o povo de nossa região possa viver mais tranqüilo. Não me refiro apenas à população de São Sebastião do Paraíso, mas também à de várias cidades do seu entorno.

No dia 26/3/2007, fizemos aqui uma audiência pública para debater a crise do setor produtivo, que foi muito positiva. Foram propostas várias ações, que vieram a acontecer. Estivemos em Brasília, numa audiência marcada pelo Deputado Carlos Melles, quando fomos recebidos pelo Ministro Walfrido. Houve proposta no sentido de sermos recebidos novamente, o que não ocorreu. Por isso estamos cobrando. Hoje solicitei ação concreta da nossa Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial no sentido de cobrar do governo federal o recebimento dos produtores e lideranças que representam o setor. Não entregaremos os pontos, iremos até o final e reagiremos diante desse massacre hoje feito sobre o produtor, principalmente o do setor rural.

Hoje fiquei feliz com a iniciativa de parlamentares desta Assembléia, principalmente do Deputado Domingos Sávio, que coordena um

movimento para a criação da frente parlamentar do cooperativismo. Tenho, ainda, a felicidade de estar sendo escolhido para participar efetivamente, como representante do setor agropecuário, nessa frente parlamentar. Tenho a certeza de que faremos um excelente trabalho, porque gostamos dessa área, vivemos no meio e, além disso, estamos aqui para representar o setor.

Estou falando de forma rápida, porque nosso Presidente concedeu-me apenas 5 minutos. Quero fazer menção ao congresso dos Municípios mineiros, que ocorrerá no Expominas, na próxima semana, a partir de segunda-feira. Nossos Municípios, todo ano, fazem esse congresso para discutir seus problemas, e sabemos que nunca se massacrou tanto o Município como agora. Há uma necessidade tão grande de recursos, e hoje, de cada R\$100,00 que o Município arrecada de impostos, considerando a Cide e a CPMF, somente R\$10,00 ou R\$11,00 voltam para o Município. Assim, o Prefeito fica impossibilitado de atender às necessidades e às carências do povo.

Nesse congresso, é importante fazermos discussões e criarmos movimentos fortes, como o liderado pelo nosso grande Prefeito de Mariana, Celso Cota. Também provavelmente estará presente o representante da Confederação Nacional, Paulo Gil Costa, uma grande liderança do Movimento Municipalista Brasileiro. Nosso Governador, Aécio Neves, também estará lá, pois é um batalhador pelo pacto federativo, com o qual será possível criarmos medidas e formas justas de distribuição para os Municípios do que se arrecada neste país, a fim de que o cidadão possa ser melhor atendido e suas aspirações realizadas.

Desejo bastante êxito ao congresso. Também sou um municipalista, pois fui Prefeito por três mandatos em minha cidade de Jacuí e sempre estive engajado nos movimentos populares em prol do municipalismo. Espero que surjam fortes discussões, capazes de provocar fortemente nosso governo federal. Também estará presente nesse congresso o nosso Vice-Presidente, José Alencar, que espero seja também um intermediário dos sonhos e do clamor dos Prefeitos e da sociedade municipalista.

Ficamos muito entusiasmados quando se fala em união e em debate, porque trabalhamos com lideranças muito autênticas, que têm desenvolvido grandes trabalhos. É o caso do Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Sr. Paulo Gil Costa, Prefeito de uma cidade do Rio Grande do Sul, e do Prefeito Celso Cota, da cidade de Mariana. Nossa expectativa é muito grande.

Gostaria, ainda, de agradecer ao nosso Governador e de cumprimentá-lo pelo projeto Fundomic, que levará o celular a todas as cidades de Minas Gerais.

Na minha região, temos batalhado muito. São Roque de Minas, Delfinópolis, Fortaleza de Minas, Jacuí, Bom Jesus da Penha, São Pedro da União, São Tomás de Aquino e Claraval serão beneficiados.

Trata-se de um projeto importante, pois democratizará ainda mais a comunicação em nosso Estado. Nesse caso, automaticamente nossa região será beneficiada.

O Deputado Domingos Sávio também demonstrou sua satisfação, visto que em Oliveira será inaugurado um posto de saúde, um PSF. Destaco que na minha região, em virtude de um pedido que fizemos, vários Municípios, por intermédio do Governador, também receberão esse benefício. Cito as cidades de Jacuí, São Sebastião do Paraíso e Itamogi. Agora estamos solicitando e esperamos que esse benefício chegue a mais vinte e poucos Municípios.

Quando se fala em saúde, a Emenda à Constituição Federal nº 29 representa o grande clamor dos políticos, principalmente dos Prefeitos e das lideranças envolvidas com a saúde pública do Estado. Ou seja, todos fazem uma reivindicação: que se coloque em prática a referida emenda. Temos a satisfação de contar com essa emenda, mas, infelizmente, o governo federal não lhe deu a devida importância.

Essa emenda foi criada pelo amigo Carlos Mosconi, o que nos traz muita satisfação. Hoje ele é parlamentar desta Casa, mas foi autor da referida emenda, quando Deputado Federal. Isso mostra sua competência. O que vem desse homem é coisa séria. Ele, como poucas pessoas deste país, entende de saúde pública. Ele é médico, sua família tem história. Em Poços de Caldas desenvolveu um grande trabalho em prol da saúde. Depois também contribuiu para essa área na região, como Presidente, se não me engano, do Inamps. Em seguida, como Ministro e como Deputado Federal, fez um grande trabalho nessa área.

A Emenda à Constituição Federal nº 29 precisa ser aclamada, efetivada, sua forma já não precisa ser discutida. É preciso agora pressionar o governo federal, a fim de que ele a efetive, pois somente assim poderá ocorrer uma melhoria na distribuição dos recursos da saúde por meio do SUS. Ou seja, assim se poderão atualizar os valores que são pagos por uma consulta, por um procedimento de média complexidade e até de alta complexidade.

Hoje a maioria dos hospitais vive em situação de penúria. Essa é a verdade. Ademais, a maioria dos médicos já não quer trabalhar pelo SUS, cuja tabela prevê um valor vergonhoso. Se não me engano, uma consulta pela tabela do SUS não chega a R\$3,00. Dessa maneira não dá para se fazer saúde pública neste país.

Esperamos que a referida emenda seja efetivada por meio da pressão. Infelizmente, neste país, quando se fala em governo federal, são tantos projetos e problemas que as coisas só funcionam na base da pressão.

Precisamos estar unidos e organizados para que clamores como esse se tornem realidade. Isso não é luxo, mas necessidade. A verdade é que no Brasil a saúde pública não tem sido tratada como deveria pelo governo federal. Esperamos que, com essa emenda, isso ocorra.

Lembre-mos do exemplo da nossa região; lembremo-nos de hospitais importantes, como os das cidades de Passos, São Sebastião do Paraíso e Guaxupé. Hoje recebi uma ligação da cidade de Juruaia, onde o hospital está cada vez mais endividado. Ressalto que o pessoal de lá não é malandro, mas muito sério, dirige a entidade com respeito e seriedade. Apesar disso, o hospital está sempre no vermelho. Hoje, então, eles me ligaram e me perguntaram como fazer para conseguir uma verba para ajudar o hospital, cuja situação financeira é complicada. Como se sabe, o hospital precisa estar em atividade para atender à comunidade de Juruaia.

Aproveito a oportunidade para cumprimentar a população de Juruaia, "Capital da "lingerie"", onde todos os anos há a Femeju, uma feira de "lingerie". Na verdade, é uma das festas mais importantes da região, da qual participam pessoas de todo o Brasil. A cidade tem 8 mil habitantes, mas parece ser muito maior.

É uma competência fantástica da Associação Comercial, um trabalho importante dos comerciantes, dos fabricantes, dos lojistas e dos funcionários, sem os quais não seria possível fazer aquela pujança que é a cidade de Juruaia. Muito obrigado.

O Deputado Padre João* - Farei uma comunicação que considero importante. Por isso, será necessário utilizar a TV Assembléia para partilhar a nossa alegria.

Antes de iniciar minha fala sobre o dia de ontem e o ato importante ocorrido nesta manhã, em Itaici, concederei aparte à nossa Líder, Deputada Elisa Costa.

A Deputada Elisa Costa (em aparte) - Obrigada, Deputado Padre João. Cumprimento a Mesa, presidida pelo Deputado Wander Borges.

Falarei brevemente, para partilhar com o Deputado Padre João os momentos vividos dias passados, especialmente em relação ao II Encontro dos Movimentos Sociais Mineiros, ocorrido da segunda-feira à quarta-feira desta semana, reunindo vários movimentos sociais em Minas Gerais.

Ontem, foi um momento que a Assembléia Legislativa pôde acompanhar, no Salão Nobre, um momento histórico. Representações dos movimentos que participaram desse encontro de três dias vieram entregar, aqui, 130 mil assinaturas do projeto - repito, histórico - de iniciativa popular.

No ano passado, já havia um projeto de lei, de autoria dos Deputados Padre João e Rogério Correia, em que se propunha a isenção da tarifa de energia elétrica para as famílias mais pobres de Minas Gerais, na ordem de 100kW por mês, incluindo nessa proposta as famílias que fazem parte dos programas sociais em Minas Gerais, especialmente as que estão no programa Bolsa-Família. Há, nesse programa, Deputado Padre João, 1 milhão de famílias, e mais 500 mil nos demais programas sociais.

Registro, então, esse momento histórico e importante, quando o Presidente desta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho, e vários Deputados receberam das mãos de lideranças dos movimentos sociais essa coleta de assinaturas.

Quando construímos a unidade da luta popular e dos movimentos sociais, defendemos, com eles, algumas bandeiras fundamentais, entre elas, a independência nacional e a soberania dos povos; uma reforma no sistema político que garanta o direito à população de efetivamente participar sobre os rumos do País; a aceleração da reforma agrária; a democratização da posse da terra; mais direitos sociais, especialmente a isenção de 100kW por mês para as famílias de baixa renda, e um projeto novo para Minas e para o Brasil do ponto de vista da luta do campo popular e democrático.

Parabenizo o Deputado Padre João e sua equipe, que estiveram presentes nessa luta, bem como os Deputados André Quintão e Carlin Moura e o ex-Deputado Laudelino Augusto. Enfim, a nossa bancada fez-se presente das mais diversas formas: uns, nos encontros; outros, recebendo os participantes.

Registro a alegria de mais esse passo da luta popular em Minas Gerais e também o compromisso da Bancada do PT de contribuir para a formação da consciência, da cidadania, da participação e da luta populares.

Tenho a certeza, Padre João, de que, impulsionada pela organização do nosso povo, a Assembléia será sensível ao desarquivamento do projeto. E tenho a convicção de que haverá, da parte dos nossos Deputados e do nosso Governador, sensibilidade para avaliar essa proposta.

Em outros Estados do Brasil, já houve a redução na tarifa de energia elétrica. A nossa é a mais alta do Brasil, penalizando, profundamente, a nossa população.

Se de um lado os programas sociais estão apontando a mudança, a melhoria da qualidade de vida das pessoas; por outro, as pessoas estão sendo penalizadas pelas tarifas da Cemig e da Copasa.

Parabéns por seu trabalho, por sua luta, principalmente pela coragem, pela determinação e pelo II Encontro dos Movimentos Sociais.

Realmente foi um momento histórico. Estamos falando de 130 mil assinaturas em Minas homenageando D. Luciano, uma das pessoas mais importantes da nossa Igreja, comprometida com os mais pobres. Estendemos a homenagem a toda a sua família e a toda a comunidade de Mariana. Por onde passou neste país, deixou a marca da justiça e da luta social. Muito obrigada.

O Deputado Padre João* - Obrigada, Deputada Elisa Costa. Na verdade, é o primeiro projeto de iniciativa popular. Não houve nenhuma vaidade, não quero me vangloriar deste Deputado. Uma vez que já tramitava na Casa um projeto, poderia simplesmente ter pedido o desarquivamento, mas achamos de tamanha importância a iniciativa popular, que não o fizemos, a fim de que fosse um projeto de iniciativa popular. A Constituição exige 10 mil assinaturas, mas os movimentos, as igrejas - houve a participação de igrejas evangélicas - trouxeram mais de 130 mil. Já eram suficientes 10 mil. Isso mostra a expectativa da sociedade mineira, sobretudo os mais pobres, de ter garantido e assegurado o direito à energia elétrica.

Isso é muito questionado por alguns governos, Deputados, imprensa. E o impacto financeiro? Temos de ver primeiro o impacto na vida de uma família que às vezes tem um jovem estudante que trabalha durante o dia e estuda à noite, que tem um idoso em casa, além de outros benefícios que a energia elétrica traz, como o uso da geladeira, da televisão, do rádio, ou seja, eletrodomésticos em geral. Muitas famílias são privadas desse direito, pois não têm como pagar a energia elétrica. O projeto prevê a garantia da gratuidade de 100kW de energia elétrica. Se a família gastou 200kW, pagará apenas 100kW; se gastou 300kW, pagará 200kW. É uma maneira de o cidadão não abrir mão dos seus direitos, como alguns vêm fazendo: deixam de comprar um alimento, verduras, legumes, comprometendo a segurança alimentar, deixam de comprar até um medicamento para pagar a sua conta de energia, que é altíssima.

É importante destacar que esse projeto de lei de iniciativa popular receba o nome de D. Luciano. Se ele estivesse aqui, conosco, sua presença física, justamente ontem, estaria fazendo 31 anos de sacração episcopal. Ainda não tivemos a presença dos bispos da CNBB, pois estão na Conferência da CNBB. Temos a alegria e pudemos partilhar com o Brasil todo, ontem, a homenagem que a Conferência fez a D. Luciano, em Itaici. Todos os bispos do Brasil, até mesmo os eméritos, dedicaram uma noite dessa Conferência para homenagear D. Luciano, a quem queremos homenagear.

D. Luciano era filho de Cândido Mendes de Almeida e Emília Mello Vieira Mendes de Almeida. Iniciou seus estudos na Companhia de Jesus, no Rio de Janeiro, terminando o Ensino Superior em Roma. Foi sagrado bispo no dia 2/5/76. Foi bispo auxiliar em São Paulo, de 1976 a 1988, assumindo a Arquidiocese de Mariana em 1988 até 2006, quando veio a falecer em 27/8/2006. Ainda foi Secretário da CNBB de 1979 a 1987, Presidente da CNBB de 1987 a 1994, Vice-Presidente da Conferência Episcopal Latino-Americana - Celam - e membro da Comissão Brasileira de Justiça e Paz por um longo período. Fez um trabalho notável em defesa da democracia, da paz, da causa indígena, da criança e do menor. Destemido e terno, jamais abdicou da luta em favor dos pobres e da justiça social.

Ontem tivemos a 45ª Assembléia Geral da CNBB, e foi realizada a sessão solene, às 20 horas, sobre o legado de D. Luciano e D. Ivo Lorscheiter, ex-Presidente da instituição. Ontem também nesta Casa, como já o disse a Deputada Elisa Costa, foi entregue projeto de lei de iniciativa popular com mais de 130 mil assinaturas. Esse projeto leva o nome de D. Luciano e garante a isenção de 100kW/hora por mês sobre o consumo de energia elétrica.

Os movimentos sociais de todo o Estado, reunidos nesta Capital, no II Encontro Mineiro dos Movimentos Sociais, desde domingo até ontem, debateram assuntos importantes para o desenvolvimento do País. Estiveram nesta Casa, juntamente com o Pe. Januário, da Ação Social e Política da Arquidiocese de Belo Horizonte, representando o Presidente da Regional do Leste II, da CNNB, D. Célio de Oliveira Goulart, Bispo da Diocese de Cachoeiro do Itapemirim, no Espírito Santo; o Pe. Paulo Barbosa, da Arquidiocese de Mariana; e a sobrinha de D. Luciano, Cecília, para entregar ao nosso Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, esse importante projeto de lei. Contamos com a dedicação de todos para que sua aprovação seja uma realidade e para que o pobre continue a ter acesso à energia elétrica.

Como já disse, a 45ª Assembléia da CNBB está ocorrendo em Itaici, de 1º a 9/5/2007, com o tema "Rumo à conferência de Aparecida". Em Aparecida será realizada a V Conferência do Episcopado Latino-Americano e Caribenho, de 13 a 31/5/2007. Alguns Deputados desta Casa estarão presentes na cidade, representando a Assembléia Legislativa, durante a vinda do Papa Bento XVI, que estará presente na abertura da Conferência, cujo tema será "Discípulos e missionários de Jesus Cristo para que Nele nossos povos tenham vida. "Eu sou o caminho, a verdade e a vida"".

Vários outros temas serão abordados, e é importante destacar que os grandes avanços que tivemos na Igreja vieram dessas conferências, que influenciaram toda a Igreja Católica do mundo. A primeira conferência latino-americana ocorreu no Rio de Janeiro, mais tímida, mas sua importância foi ter iniciado o processo. Depois, houve outras em Medellín, Puebla - com uma presença muito forte, um grande avanço - e Santo Domingo, onde o relator foi D. Luciano, que foi tido por muitos Bispos como alguém que conseguiu garantir muitas coisas boas no relatório final, devido à sua ação.

Sempre fico constrangido em trazer para a tribuna assuntos religiosos, graças à minha atuação como Deputado e minha ação política, mas é importante destacar o compromisso da Igreja na questão social e política por meio de seus temas, embora alguns afirmem que religião e política não devem misturar-se, como se a religiosidade fosse algo externo, como uma roupa que se coloca. Eles não conseguem compreender que a religiosidade, se for de fato autêntica, deve ser expressada em todas as nossas ações do cotidiano, onde quer que estejamos. Essa é a coerência da fé que se professa com a ação profissional, seja qual for a profissão.

Destacarei alguns pontos que serão debatidos na V Conferência Latino-Americana e Caribenha. (- Lê:)

"1 - Sociedade e Igreja na atualidade. Sociedade: sistema econômico e mundo globalizado; questão ecológica, em especial a Amazônia; questões de gênero; povos indígenas e afro-descendentes. Igreja: tradição latino-americana; identidade e contribuição para a vida de nossos povos". A religião que não se preocupa com a qualidade de vida do seu povo é uma falsa religião. (- Lê:)

"2 - Jesus Cristo, Reino e discipulado. Um encontro vivo com Jesus Cristo para o discipulado. Experiência cristã, pessoal, que leve a um compromisso missionário. O primado da Palavra de Deus e do Reino. Mística de comunhão.

3 - Igreja e missão. A Igreja é missionária na América Latina e Caribe hoje. A família formadora da fé dos novos discípulos. Os ministérios leigos; diaconal, presbiteral e suas perspectivas. A Eucaristia como centro da comunidade e o ministério ordenado. A Virgem Aparecida, discípula e missionária, e o rosto dos povos da América Latina e do Caribe.

4 - Desafios e diretrizes pastorais. Os novos desafios da globalização: incidências antropológicas, religiosas e culturais. Questões em torno de vida, família, moral sexual, ética e bioética. Integração latino-americana e caribenha. As novas comunidades de vida na Igreja. A presença dos cristãos na sociedade - na política, no mundo profissional. Os ministérios - ordenados e não ordenados - numa Igreja de comunhão e participação. Nosso relacionamento com Roma. A auto-sustentação da Igreja numa economia de comunhão. A pastoral urbana: a cidade, seus novos sujeitos sociais e eclesiais e as periferias. A pastoral midiática - comunidade real-virtual. A pastoral da mobilidade humana e das migrações. O diálogo ecumênico, inter-religioso e cultural.

5 - Opções básicas da Igreja na América Latina e no Caribe. A opção pelos pobres e pelos jovens no contexto do terceiro milênio; as CEBs como opção criativa de ser Igreja na América Latina e Caribe.

6 - A proposta da missão continental. Em comunidades vivas: a formação da comunidade como 'casa e escola de comunhão'. A religiosidade popular e sua força evangelizadora. A formação dos leigos em vista do seu protagonismo na evangelização".

Sr. Presidente, partilho, ainda, nossa grande alegria hoje pela manhã, quando em Itaici, São Paulo, D. Geraldo Lyrio Rocha foi eleito o novo Presidente da CNBB. Tê-lo como Arcebispo já nos dava muita alegria, pois ele tem com clareza a convicção da importância do entrosamento de fé e vida, e não de uma dicotomia fé e vida. Assim, sua eleição, com 92% dos votos, trouxe-nos ainda mais alegria. Primeiro, tivemos D. Luciano como Arcebispo de Mariana e Presidente da CNBB, e agora temos o novo Arcebispo, que, no dia 23 de junho, tomará posse.

Nossa alegria se deve a sua pessoa, sua consciência pastoral e sua convicção religiosa nessa integração que destaquei entre a fé e a vida. Como pastor, a pessoa deve estar comprometida com a busca da garantia da qualidade de vida do seu povo. O autêntico e verdadeiro pastor não está a serviço de almas, mas do ser humano na sua totalidade. Essa é nossa grande alegria.

D. Geraldo Lyrio, seja bem-vindo, e que tenha muita graça e força de Deus à frente da Arquidiocese de Mariana, sobretudo nesse compromisso com todo o Brasil. Nossa expectativa é a de que a Igreja Católica no Brasil reafirme seu compromisso social de fé e vida, o qual, infelizmente, está um pouco esquecido, ou com presença intimidada. A CNBB tem um papel religioso e político importante junto aos governos para exigir que utilizem os recursos públicos para garantir a eficiência das políticas públicas e que estejam sempre atentos para dar qualidade de vida a seu povo.

Encerro externando minha alegria e expressando o desejo de um feliz pastoreio e de um mandato de êxito à frente da CNBB. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente Deputado Wander Borges, ex-Prefeito de Sabará, companheiro de tantas caminhadas, é uma honra pronunciar-me em reunião presidida por V. Exa., um dos mais talentosos administradores e homens públicos de Minas Gerais, de quem muito deve-se orgulhar o povo de Sabará e das demais cidades que o trouxeram a este Parlamento mineiro.

Nossa alegria de cumprimentá-lo contrapõe-se à nossa tristeza de informar que está chegando a Belo Horizonte a Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, presidida pelo nobre Deputado Carlos Mosconi, que, com os Deputados Carlos Pimenta, Doutor Rinaldo e Ruy Muniz, esteve em Teófilo Otôni apurando as denúncias surgidas das auditorias dos governos estadual e federal no sistema público de saúde da Capital regional de Teófilo Otôni.

Trata-se de lamentável episódio na história do nosso Município, onde o sistema de saúde foi desmantelado e pessoas estão morrendo à

míngua, sem a devida assistência médica e sem medicamentos.

O que mais causa estranheza nesse episódio é que, tão logo anunciaram a visita da Comissão de Saúde, carros do governo federal chegaram a Teófilo Otôni transportando remédios que não existiam nas prateleiras. Estando lá, pedi à patrulha rodoviária federal que anotasse as placas. Em uma cidade que há dois anos sofre com o problema de falta de medicamentos e que fechou sua fábrica que produzia 42 tipos de remédios, na véspera da visita dos Deputados da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, de repente, surgem carros com placas do governo federal trazendo os remédios na última hora.

Interessante verificar que, ao chegarem ao Aeroporto Juscelino Kubitschek, em Teófilo Otôni, primeiramente os Deputados foram convidados a ir ao salão de recepção da Prefeitura para bater um papinho com a nossa Prefeita. Essa foi uma tentativa de amortecer a visibilidade da desgraça que se abateu sobre a nossa terra.

Devo, neste momento, prestar uma homenagem a alguns Vereadores de Teófilo Otôni, o Presidente da Câmara Northon Neiva, o Vereador Dedeu, a Vereadora Mila, o Vereador Rômulo Barreiros, o Vereador Taquinha e o Vereador Vânio Amaral, por não permitirem que se impedisse a visita dos Deputados ao hospital municipal, que está fechado, e ao pronto-socorro, superlotado, com doentes em macas e camas espalhadas à espera de um médico caridoso. No pronto-socorro municipal, havia apenas um médico.

Meu agradecimento penhorado aos Vereadores, que, com sua interferência, ao chegarem ao gabinete da nossa Prefeita, possibilitaram que os nossos Deputados fizessem a visita a que se propuseram por meio da Comissão de Saúde.

Respeitamos muito o poder constituído, a Prefeita da nossa terra, uma mulher que, ao longo de muitos anos, de quatro mandatos, esteve nesta Assembléia, convivendo com os colegas Deputados. Vários desses Deputados confidenciaram-me que ela era uma boa parlamentar, que falava muito bem e propunha belos projetos, apresentando solução para todos os problemas. Mas é preciso fazer a diferenciação entre o que se fala e o que se faz, entre o ato e a palavra, pois, como administradora do nosso Município... Como disse publicamente o Deputado Carlos Pimenta: "Prefeita, o problema de gestão aqui é grave". É grave na medida em que não se tem outra saída a não ser pedir que o Poder Judiciário interfira, porque o SUS só é bom quando há boa gestão. Os recursos são poucos em qualquer parte deste país, mas, se soubermos administrá-los, teremos as condições para fazer com que as coisas funcionem a contento.

Então, Deputado Luiz Tadeu Leite, o senhor, que convive comigo há tanto tempo, que sabe da nossa dedicação e sobretudo da nossa determinação em aplicar os recursos públicos da melhor maneira possível, não foi a Teófilo Otôni; aliás, não fomos a Teófilo Otôni. O senhor não foi porque sua terra é Montes Claros. E eu não fui exatamente porque minha terra é Teófilo Otôni; então, para deixar que os Deputados Carlos Pimenta, Carlos Mosconi, Doutor Rinaldo e Ruy Muniz pudessem apreciar, com absoluta imparcialidade, o formidável desastre administrativo e o comportamento desumano da Prefeitura de Teófilo Otôni em relação às famílias mais carentes, que estão sem remédio, sem médico, sem hospital, morrendo à míngua nas portas dos ambulatórios. Todo o mundo sabe que o SUS paga apenas R\$2,74 por uma consulta, mas, na minha terra, as pessoas pagam R\$10,00 para alguém ficar na fila e conseguir consultar. Esse é o absurdo com o qual convivemos hoje em Teófilo Otôni.

O Deputado Luiz Tadeu Leite (em aparte) - Deputado Getúlio Neiva, estava em meu gabinete ouvindo V. Exa. desde o início de seu pronunciamento e não contive o ímpeto de vir até aqui. Gostaria que este Plenário estivesse cheio, para que todos pudessem ouvir o que V. Exa. diz, mas tenho a certeza de que, por meio da TV Assembléia, nos seus lares, o povo mineiro está acompanhando o seu pronunciamento.

V. Exa. fala do que conhece, pois foi Prefeito de Teófilo Otôni por duas vezes. V. Exa. convive com os problemas de uma cidade de porte médio, que tem as suas mazelas e os seus sofrimentos, mas jamais a saúde nessa cidade esteve numa situação tão desesperadora.

Estamos tendo esse relato não só de V. Exa., mas de munícipes e lideranças da cidade e da região. Teófilo Otôni congrega diversas cidades menores a seu redor, que dependem da qualidade da prestação de serviços de saúde. Se a saúde em Teófilo Otôni vai mal, as cidades em volta sofrem. Mas isso não é, infelizmente, privilégio de Teófilo Otôni. Cidades como Montes Claros - cidade onde fui eleito com mais de 36 mil votos, sendo Deputado majoritário - também vivem o caos da saúde pública, com a falta até de formulários para preencher uma consulta nos postos de saúde. Até dipirona, medicamento básico, tem faltado, em que pese a o Município de Montes Claros - parece-me que assim como Teófilo Otôni - estar arrecadando de R\$8.000.000,00 a R\$10.000.000,00 por mês do Sistema Único de Saúde, para investir em saúde. E não se compreende, Deputado, como cidades como Montes Claros e Teófilo Otôni, em que são arrecadados e destinados milhões apenas para a saúde pública, não têm a assistência médica mínima adequada. Os atendimentos especializados, Deputado Getúlio Neiva, costumam ser marcados com seis meses de antecedência, e muitas enfermidades, como sabemos, não podem esperar tanto tempo. Mas o cidadão não tem outra opção.

Para quem tem plano de saúde e condição financeira, isso é risível. A pessoa paga o plano, vai ao hospital e é atendida prontamente. Mas os mais humildes, os desvalidos, os hipossuficientes, os mais pobres irão morrer por falta de assistência.

De tal forma que transformo seu pronunciamento, nobre Deputado Getúlio Neiva, em um clamor, um grito dos mais pobres, um apelo patético para que haja uma solução maior, mais ampla, em favor de uma saúde melhor em Teófilo Otôni. E agrego ao caso de Teófilo Otôni o de Montes Claros, onde os postos de saúde também estão atendendo minimamente, os atendimentos especializados não têm sido feitos, e os Municípios arrecadam uma verba que ninguém sabe como está sendo gasta.

Quero agradecer a V. Exa. a generosidade de permitir esse aparte.

O Deputado Getúlio Neiva - O aparte de V. Exa. enobrecer o meu discurso, enaltece a nossa relação e, sobretudo, faz valer a verdade da miserabilidade das cidades irmãs de Montes Claros e de Teófilo Otôni, Capitais do Norte e do Nordeste mineiros - regiões mais pobres de Minas -, onde há apenas 8% do PIB mineiro, em quase 40% do território. Somos irmãos de tristeza e desgraça, mas gostaríamos de continuar amigos, para sermos irmãos na bonança, no crescimento de nossa região.

Gostaria de conceder um aparte ao nobre Deputado Pastor Vanderlei Miranda, muito ouvido em minha cidade, no canal 23, TV Rede Super. Antes de dar-lhe a palavra, aproveito para transferir-lhe um abraço do seu amigo Tarik, empresário da Layla Confecções, da minha terra, com quem estive anteontem e que mandou um caloroso abraço para a sua velha amizade.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte)* - Muito obrigado, nobre colega de Bancada, brilhante parlamentar do PMDB, Deputado Getúlio Neiva.

Aproveito o ensejo para retribuir esse abraço que me é trazido por V. Exa., de Teófilo Otôni, do meu amigo Tarik Salim El Aouar, companheiro e amigo de muitos anos. Quero também mandar um abraço à população de Teófilo Otôni.

Deputado Getúlio Neiva, o assunto que V. Exa. aborda deve, todos os dias, pautar os discursos desta tribuna. Acredito que V. Exa., assim como eu, os outros Deputados e Deputadas desta Casa e também a população que, de certa forma, tem acesso e condições de pagar um plano de

saúde, não temos a dimensão do caos que é o serviço público de saúde no Brasil como um todo.

Enquanto V. Exa. falava e enquanto ouvia o aparte do nosso companheiro de bancada, eu me lembrava de uma reportagem recente sobre o caos da saúde da Capital federal, onde se imagina não haver nenhum problema, porque lá é o centro dos acontecimentos políticos e da administração do Brasil. No entanto, foram mostradas pessoas doentes nos corredores recebendo medicação e, o que é pior, vasilhas com resto de comida no chão, que era a mesa daquelas pessoas, infelizmente. Cidades como Teófilo Otôni, Montes Claros e Belo Horizonte, que são cidades-pólo, que atraem para elas um grande número de pessoas, as quais dependem do serviço de saúde, precisam de atenção especial.

Usando a figura de João Batista, quero crer que esta Casa precisa ser a voz do que clama no deserto, desse deserto que tem sido a saúde no Brasil. Portanto, V. Exa. está de parabéns. Empréstimo minha voz e faço coro com V. Exa. em favor, principalmente, dos menos favorecidos da nossa nação, que passam meses numa fila de espera por uma consulta. Alguns deles, infelizmente, chegam ao óbito porque o dia da consulta não chega nunca. Existem casos de pessoas que estão aguardando até por três anos. Convém lembrar aqui, por exemplo, aqueles que têm problemas de obesidade e que precisam da cirurgia de redução de estômago, que estão fazendo apelos e sacrifícios, num grito pelo atendimento.

Com a remuneração que os nossos profissionais da saúde recebem, com o que o SUS paga ao sistema de saúde como um todo, dificilmente teremos serviços de saúde com qualidade. Portanto, V. Exa. está de parabéns pela inteligência e pela maneira clara como trata o tema. Muito obrigado.

O Deputado Getúlio Neiva - O que é mais estranho, Deputado Vanderlei Miranda, é que o governo do Estado, no primeiro mandato do Governador Aécio Neves, investiu mais de R\$10.000.000,00 em Teófilo Otôni, para suplementar a verba do SUS. Existem R\$1.200.000,00 retidos à disposição da Prefeitura para reformar e reequipar o hospital municipal que a Prefeitura fechou. Não há prestação de contas, por isso não há recebimento do dinheiro.

Imaginem V. Exas. que temos de agradecer, em Teófilo Otôni, penhoradamente, ao Governador, pois tudo que é possível fazer, por parte do Estado, está sendo feito. Vejam, há R\$15.000.000,00 destinados à construção de uma nova barragem para garantir água para abastecimento para nossa cidade pelos próximos 100 anos. Há R\$26.000.000,00 disponíveis para construção da estação de tratamento de esgoto de Teófilo Otôni. Está em andamento a obra de construção de um novo presídio, com 200 vagas, que tirará a velha cadeia do Centro da cidade.

O governo tem investido não só na cidade, mas nas estradas que dão acesso à cidade. São nove estradas asfaltadas, que dão acesso a Teófilo Otôni de várias cidades da região. Uma delas sai de Teófilo Otôni, passa por Pavão e chega a Águas Formosas, que liga nove Municípios. Devemos agradecer os investimentos que o governo tem feito em Belo Horizonte.

Curiosamente, a gestão de saúde em nosso Município, inicialmente, foi feita por alguém de Ipatinga, que não sabia nada da nossa cidade. Se ele fosse solto na Praça Tiradentes, não conseguiria chegar à Rodoviária para ir embora. Esse cidadão chegou lá com a megalomania da riqueza de Ipatinga, e todos sabem que a renda "per capita" desse Município é 15 vezes maior que a de Teófilo Otôni. Em Ipatinga há dinheiro. Com aquela megalomania, ele chegou e explodiu o sistema de saúde. A Prefeitura, que tinha 2 mil empregados, contratou 1.155 nos primeiros 60 dias de mandato. Arrebitaram com a nossa estrutura.

Quem está pagando por isso? O povo mais pobre, que acreditou que teria vez no governo do PT. Nos Distritos e nos povoados, quem mais sofre na porta dos hospitais, dos ambulatórios e dos postos de saúde, em virtude da falta de médicos? Exatamente os que acreditaram em uma mudança para melhor. Na verdade, a situação piorou, pois houve uma mudança contra o espírito cristão. Diante disso, o que vemos é desumanidade e destruição.

Fala-se na cidade que nossa Prefeitura mais parece um cavalo de Átila: onde pisa não nasce grama. A situação é terrível, porém não quero ater-me a ela.

Ao mesmo tempo em que homenageio os Deputados Vanderlei Miranda e Wander Borges, que comigo assinaram o requerimento, informo ao povo de Teófilo Otôni que solicitamos uma homenagem especial, a ser realizada dia 27/11/2007, para comemorar os 200 anos de nascimento do grande e notável brasileiro Teófilo Benedito Otôni.

Enviei aos gabinetes dos parlamentares o livro "Síntese", resumo da vida de Teófilo Benedito Otôni, de quem muitos já ouviram falar, mas não sabem direito quem foi.

Teófilo Benedito Otôni foi citado aqui, durante nossa posse, pelo Governador do Estado, como um dos três maiores mineiros e brasileiros. Ele nasceu no Serro. Por incrível que pareça, nossa memória histórica é muito falha.

Vejam quem foi Teófilo Otôni na área política: Deputado Provincial por Minas Gerais de 1835 a 1838; Deputado-Geral de 1838 a 1841, de 1845 a 1848 e de 1861 a 1863; e Senador por Minas Gerais de 1864 a 1869. Quem foi esse cidadão? Um visionário, um homem que enxergava longe.

A região de selva mais inóspita de Minas Gerais era a compreendida entre Minas Novas, já parcialmente desbravada pelos procuradores de esmeraldas, e o Rio Doce, que, através de sua foz, já havia sido alcançado. Nesse entremeio, ou seja, entre Minas Novas e o Rio Doce, a região era constituída por uma selva inóspita, habitada pelos botocudos, pelos maxacalis e pelos crenaques. Esses índios eram bravos, e a selva, perigosa. Na época, Teófilo Otôni participava da luta pela implantação da República no Brasil. No Serro, ele criou o jornal denominado "Sentinela do Serro".

Para se ter uma idéia do potencial fantástico desse homem, basta lembrar que sua influência política chegou ao Rio de Janeiro, onde os grandes jornais reproduziam editoriais. Cansado de lutar contra o Império, decidiu afastar-se da vida pública e, já com uma visão diferenciada, iniciou a vida empresarial. Em 1846, ele e seu irmão Onório montam no papel uma companhia de navegação e colonização do Vale do Mucuri, lançam ações na Bolsa do Rio de Janeiro, pedem empréstimos aos ingleses e embrenham-se na mata inóspita. A partir dessa atitude, construíram a primeira rodovia de penetração no território brasileiro. Às margens do Rio Todos os Santos, afluente do Rio Mucuri, fundaram a primeira cidade planejada da história de Minas Gerais. Traçaram a Rua Direita, a primeira rua, locaram os primeiros estabelecimentos comerciais, para que o local se transformasse em um grande empório comercial.

Deputado Vanderlei Miranda, o mais importante foi a visão desse homem. A escravatura só iria ser eliminada do Brasil em 1888, mas, em 1854, Teófilo Benedito Otôni colocou anúncios nos jornais da Europa para importar colonos livres. Ele era antiescravocrata. Então, coloca anúncio para trazer colonos livres para povoar aquelas matas inóspitas do Vale do Mucuri.

Chegaram à cidade colonos belgas, suíços, italianos. Quem apanha uma lista telefônica de Teófilo Otôni hoje ainda se estranha com uma imensidade de nomes italianos, franceses, belgas, e até chineses, que vieram, um pouco mais tarde, para construir a primeira ferrovia de

penetração do território brasileiro.

Foram 575km de estradas de ferro, partindo de Ponta de Areia e Caravelas, na Bahia, chegando até Araçuaí, no coração do Vale do Jequitinhonha, através de contrato com a Província de Minas Gerais com o engenheiro que ele trouxe de Portugal, Miguel Teive de Argolo. É uma história bonita e maravilhosa. Já enviei o livrinho para todos os Deputados, e também mandarei um para o João Carlos, que, com certeza, gosta dessa matéria.

No próximo dia 27/11/2007, prepararemos uma grande festa para mostrar que Minas Gerais deu ao Brasil um homem notável, fantástico, altruísta. Algumas pessoas acham que ele nunca foi lá. Hoje mesmo um Deputado disse que Teófilo Otôni teria montado uma companhia no Rio de Janeiro e mandado o pessoal. Mas não foi assim. Ele foi para lá, e tanto foi que morreu em consequência da febre tifóide, que o pegou durante as penetrações naquele território.

Deputado Vanderlei Miranda, há cenas interessantíssimas de Teófilo Otôni naquele livro que lhe enviei, e que V. Exa. lerá. Um colono alemão recebeu de presente algumas bananas e as plantou achando que nasceria alguma coisa. Temos coisas muito interessantes das culturas alemã, belga e suíça, que para lá aportaram. Tudo isso merece uma homenagem dos mineiros.

No império, Teófilo Otôni foi um homem que não aceitava beijar a mão do Imperador. Todos os Deputados curvavam-se para beijar a mão do Imperador na célebre cerimônia do "beija-mão", quando o parlamento se curvava ao Imperador; porém ele simplesmente se levantava e dizia: "Como vai o senhor?". Não admitia subserviência, curvar-se.

É uma história maravilhosa, que merece de todos uma homenagem muito bonita no final do ano, se Deus quiser.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte)* - Deputado Getúlio Neiva, V. Exa. acaba de dar uma aula importantíssima. Estou aqui bebendo da sua cultura. Aliás, já havia dito da admiração que tenho pela cultura de V. Exa., principalmente em relação à pessoa de Teófilo Otôni. Se de um lado falta qualidade e serviço de saúde na região, com certeza, do outro lado, não falta cultura.

Parabéns a V. Exa. por essa aula! Saio deste Plenário, nesta tarde, mais enriquecido. Aquele presente que V. Exa. nos mandou, com certeza, será apreciado e, não tenho dúvidas, acrescentará muito ao conhecimento de cada um dos parlamentares, homens e mulheres desta Casa, que terão uma visão diferente.

Quando novamente eu passar por Teófilo Otôni e for à beirada do rio comer aquela carne-de-sol deliciosa que se prepara ali, com certeza terei outra visão de Teófilo Otôni. Parabéns a V. Exa.! Muito obrigado.

O Deputado Getúlio Neiva - Deputado Vanderlei Miranda, pode ter a certeza de que Teófilo Otôni é o berço do acolhimento, da generosidade. É realmente a terra das pessoas que gostam das pessoas. Nosso povo tem um calor humano fantástico; por isso, na primeira parte do meu discurso, fiz questão de reclamar e de lamentar tanto, pois o povo pobre de minha cidade não merece passar pelo que está passando. Ele não merece esse troco que foi dado após as eleições, quando se prometeu o céu, mas está sendo dado o inferno para a nossa pobre população.

Quero lamentar uma coisa estranha que está havendo na minha região. Tínhamos orgulho dos nossos índios maxacalis colocados em reserva no Município de Umburatiba, próximo a Maxacali.

Tínhamos orgulho disso, e o que está ocorrendo hoje? A Funai está comprando terras e separando os índios, quando a tendência nacional é formar reserva onde os índios possam viver na mais absoluta naturalidade. Talvez isso esteja ocorrendo por preguiça ou por incompetência da Funai, já que está em Valadares, muito longe da tribo dos maxacalis.

Solicitamos uma providência em relação à Funai em Minas Gerais, para que se possa verificar por que isso está ocorrendo. Uma parte da família indígena maxacali foi transferida para o Município de Ladainha e agora estão tentando comprar uma terra no Município de Novo Oriente. Se os índios estão brigando e não estão se entendendo, a Funai é que deve resolver o problema.

Lembro-me do esforço do governo para criar escolas, com a presença de pessoas que saibam falar a língua dos índios, visando a manter a cultura indígena. Nós nos orgulhamos muito de nossos índios. Não é possível que a Funai cometa esse crime. O que a Funai está fazendo é o contrário daquilo que preconiza o governo federal. Ao invés de salvar a cultura indígena, está espalhando-os, a fim de facilitar a vida dos técnicos da Funai. Esse absurdo precisa ser contido, e a Funai precisa tomar uma providência.

Estaremos aqui na próxima semana fornecendo detalhes sobre esse assunto. Participamos de uma reunião do sindicato rural de 10 Municípios da nossa região, e constatamos que a queixa é geral, pois a Funai está ausente. Os índios estão lá, mas não há Funai, porque ela está em Valadares. Ninguém fiscaliza, ninguém controla nada. Quando se solta o índio numa fazenda qualquer, ele começa a matar as vacas e os bois dos fazendeiros vizinhos, pois, para eles, aquilo não é cria, não é cultura. Eles saem para caçar como o índio caça e matarão o primeiro animal que encontrarem pela frente.

Portanto, estamos vivendo um momento de intranquilidade na região, e os fazendeiros estão muito preocupados com essa situação. Dez sindicatos rurais reuniram-se comigo esse fim de semana, pedindo que tomássemos providências. E tomaremos as devidas providências. Ainda não tenho os elementos necessários para saber que tipo de atitude tomar, mas faço uma prévia nesta tribuna, uma denúncia de que a Funai não pode continuar se comportando dessa forma. Portanto, esta Casa e a comissão específica que trata desse assunto devem tomar providências mais objetivas. Não adianta apenas falar, é preciso agir.

Sr. Presidente, agradeço a paciência de V. Exa. por ouvir-me. Pode ter certeza de que irei visitá-lo em Sabará para compensar sua paciência. Ao Deputado Vanderlei Miranda gostaria de dizer que, além da carne-de-sol, há macaxeira de primeira qualidade na feira da Bela Vista. Convido todas as pessoas que vão a Teófilo Otôni a assentar-se na feira da Bela Vista para comer as deliciosas carne-de-sol e macaxeira. Apesar de toda a desgraça que está ocorrendo em minha terra, tenho a felicidade de saber que o nosso povo é ótimo, embora alguns achem que a cidade não presta.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 4/5/07, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Djalma Diniz

exonerando Efigenia Martins de Jesus do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Soenne Martins de Jesus para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Soenne Martins de Jesus do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria;

nomeando Efigenia Martins de Jesus para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2007

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2007

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 22/5/2007, às 14h30min, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço por lote, tendo por finalidade a aquisição de peças e componentes para equipamentos de informática.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente em meio eletrônico. Neste último caso o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 8 de maio de 2007.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.